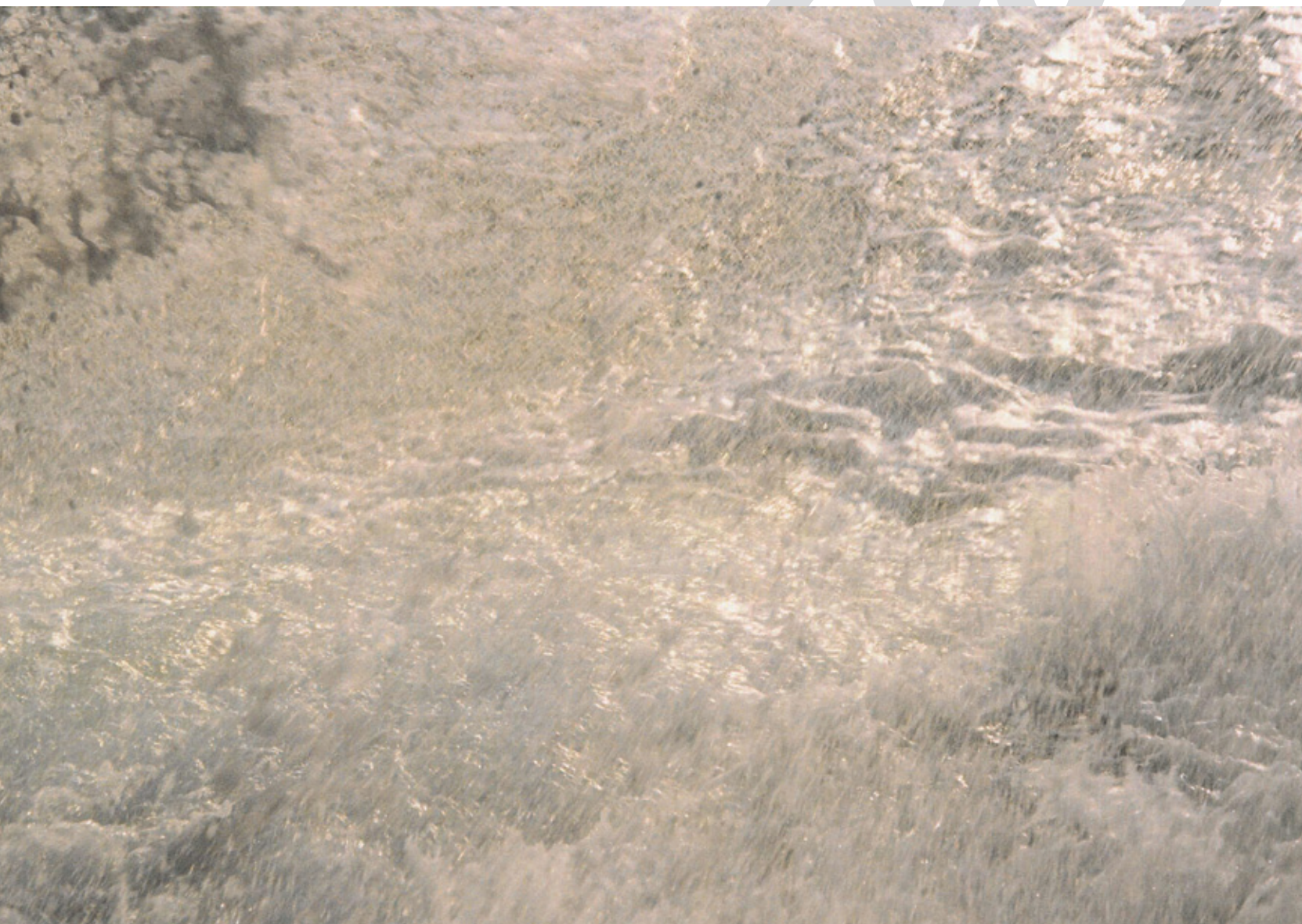


**BES SEGUROS**  
Relatório e Contas

2009



# BES SEGUROS

Relatório e Contas



**JÚLIA VENTURA**, b.1952, Portugal. "**Sem Título (Seascapes)**", 2000-2003.  
Fotografia cor colada e alumínio, 125 x 165cm. Edição: 1/3.  
Cortesia da Artista e da Galeria Filomena Soares.

Senhores Accionistas,

Nos termos da lei, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e as Contas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) da BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. (adiante designada também por BES Seguros ou Companhia) relativos ao Exercício de 2009.

## 01 Relatório de Gestão

1.1	Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva	06
1.2	Principais Indicadores da Actividade	07
1.3	Órgãos Sociais	08
1.4	Enquadramento Macroeconómico	09
1.4.1	Situação Económica Internacional	09
1.4.2	Situação Económica Nacional	10
1.4.3	O Sector Segurador	10
1.5	A actividade da BES Seguros	11
1.6	Proposta de Aplicação de Resultados	14
1.7	Nota Final	14

## 02 Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

2.1	Conta de Ganhos e Perdas	16
2.2	Balanço	17
2.3	Demonstração de Variações do Capital Próprio	19
2.4	Demonstração do Rendimento Integral	20
2.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa	20
2.6	Anexo às Demonstrações Financeiras	21

## 03 Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria

60

## 04 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

62



# 01 Relatório de Gestão

CAIO REISEWITZ b. 1967, Brasil, São Paulo "mamangá", 2007. C-Print sobre Diasec, 227x180cm. Edição 2/5. Cortesia Galeria Joan Prats.



# 01 Relatório de Gestão

## 1.1 Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

Marcado ainda pela queda da actividade nas principais áreas económicas e num contexto de contínua desaceleração da produção no mercado dos produtos de seguros não vida (desde 2003), 2009 foi um ano de consolidação do relançamento da actividade comercial da BES Seguros, quer através da evolução da sua oferta tradicional quer através da introdução de inovações, como foi o caso do Seguro BES Protecção Salário.

Assim, com mais de 117 mil novos contratos, apresentou um crescimento de 17%, tendo o volume de prémios atingido os 73,4 milhões de euros, o que representou um crescimento de 3,5%.

Em 2009 iniciou-se, também, um projecto estrutural e fundamental para dotar a Companhia dos instrumentos necessários para enfrentar o futuro: a substituição do sistema operacional de suporte à banca seguros não vida.

A manutenção do comportamento técnico global num bom nível e o contínuo controlo dos custos operacionais permitiram à BES Seguros atingir um resultado líquido, em 2009, de 5,4 milhões de euros, mantendo o rácio combinado (custos com sinistros e de exploração líquidos de resseguro em relação aos prémios adquiridos líquidos de resseguro) num excelente nível (90,9%).

O capital próprio, de 26,8 milhões de euros, apresenta uma clara progressão face ao ano anterior (+19,4%) não só pela evolução do resultado mas também pela melhoria verificada na reserva de reavaliação uma vez que no ano anterior se encontrava influenciada pela depreciação ocorrida na valorização da carteira de títulos como consequência da evolução verificada nos mercados financeiros.

A margem de solvência da Companhia continua a apresentar-se sólida, verificando-se um excedente de 8,2 milhões de euros e um rácio de cobertura estimado superior a 165%.

Em 2010, a BES Seguros pretende continuar a afirmar-se como uma empresa vocacionada para servir os clientes dos bancos do Grupo BES com os produtos de base de seguros não-vida, desenvolvendo a sua actividade com o objectivo de contribuir para a liderança do BES em soluções de protecção e segurança das famílias.

Para tal, serão fundamentais a conclusão, em 2010, do projecto de substituição do sistema operacional da Companhia e a inovação e dinamização da sua oferta, respondendo assim às necessidades mais prementes dos seus clientes e parceiros.

Para além do desenvolvimento da actividade, a consolidação das estruturas de funcionamento, nomeadamente através da partilha de estruturas e processos com a BES Vida, a optimização dos recursos e o desenvolvimento da gestão de risco continuarão a ser linhas de actuação indispensáveis para responder, de uma forma cada vez mais eficiente e eficaz, às exigências actuais e futuras.

Também as vertentes associadas ao desenvolvimento sustentável e à responsabilidade social, já iniciadas em 2009, deverão ser continuadas e aprofundadas.

As últimas palavras são de reconhecido agradecimento pelo apoio e confiança dos accionistas e clientes, pelo profissionalismo e dedicação dos colaboradores e pela cooperação e confiança que o Conselho Fiscal e as Autoridades de Supervisão dispensaram ao longo deste exercício.

**Michel Joseph Paul Goutorbe**

(Presidente da Comissão Executiva)

**Pedro Guilherme Beauvillan de Brito e Cunha**

(Presidente do Conselho de Administração)

## 1.2 Principais Indicadores da Actividade

### Conta de Ganhos e Perdas em 31 Dezembro 2009 e 2008

em milhares de euros, excepto nº de colaboradores

Conta de Ganhos e Perdas	2009	2008	2007	Var. 2009/2008	Var. 2008/2007
<b>Variáveis de Balanço</b>					
Activo	127 483	115 709	108 821	10,2%	6,3%
Liquidez, investimentos e outros tangíveis	106 925	98 290	95 119	8,8%	3,3%
Provisões técnicas de seguro directo	86 121	81 744	75 035	5,4%	8,9%
Capital Próprio	26 788	22 443	24 015	19,4%	-6,5%
<b>Variáveis de Ganhos e Perdas</b>					
Prémios brutos emitidos de seguro directo	73 403	70 953	73 171	3,5%	-3,0%
Prémios emitidos líquidos de resseguro	60 284	59 092	57 211	2,0%	3,3%
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	60 488	59 923	57 801	0,9%	3,7%
Custos com sinistros (bruto)*	43 387	43 611	42 301	-0,5%	3,1%
Custos com sinistros líquidos de resseguro *	42 982	42 116	41 016	2,1%	2,7%
Custos e gastos de exploração líquidos	12 024	12 241	12 476	-1,8%	-1,9%
Actividade Financeira Líquida	2 984	998	3 175	199,0%	-68,6%
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	2 963	4 285	3 250	-30,9%	31,8%
Ganhos líquidos de activos e passivos	21	-451	149	104,7%	-403,0%
Perdas de Imparidade	0	2 836	224	-100,0%	1165,7%
Resultado Líquido do exercício	5 427	3 908	4 632	38,9%	-15,6%
<b>Outras variáveis e rácios</b>					
Nº de apólices - Carteira em Vigor	447 617	390 609	352 743	14,6%	10,7%
Nº de colaboradores	51	51	49	0	2
Resultado líquido / prémios brutos emitidos	7,4%	5,5%	6,3%		
Resultado líquido / prémios adquiridos líquidos de resseguro	9,0%	6,5%	8,0%		
Resultado líquido / capital próprio	20,3%	17,4%	19,3%		
Nº de apólices em vigor / nº colaboradores	8 777	7 659	7 199		
Prémios brutos emitidos / nº colaboradores	1 439	1 391	1 493		
Resultado líquido / nº colaboradores	106	77	95		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos	62,5%	65,1%	67,0%		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	71,1%	70,3%	71,0%		
Custos e gastos de Exploração/Prémios Adquiridos líquidos de resseguro	19,9%	20,4%	21,6%		
Rácio combinado, líquido de resseguros	90,9%	90,7%	92,5%		

\* Inclui custos de gestão de sinistros

## 1.3 Órgãos Sociais

A composição actual dos Órgãos Sociais da BES Seguros para o quadriénio 2008-2011, é a seguinte:

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<b>Presidente</b>	Pedro Guilherme Beauvillan de Brito e Cunha
<b>Vice-Presidente</b>	Bernard Delas
	Michel Joseph Paul Goutorbe
	Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
	Patrick André Duplan
	Joaquim Aníbal de Brito Freixial de Goes
	Dominique Yves Albert Lauré
	Olivier Ronan Melennec
	Nuno Manuel da Silva Ribeiro David

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Companhia numa **Comissão Executiva** composta pelos seguintes Administradores:

### COMISSÃO EXECUTIVA

<b>Presidente</b>	Michel Joseph Paul Goutorbe
	Nuno Manuel da Silva Ribeiro David
	Olivier Ronan Melennec

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

<b>Presidente</b>	Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
<b>Vice-Presidente</b>	Michel Victor François Villatte
<b>Secretário</b>	Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo

### CONSELHO FISCAL

<b>Presidente</b>	José Manuel Ruivo da Pena
	Hervé Marcel André Hassan
	José Maria Ribeiro da Cunha
<b>Vogal suplente</b>	Paulo Ribeiro da Silva

### REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Ernst & Young Audit e Associados-SROC, S.A., representada por Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (Revisor Oficial de Contas Efectivo) João Carlos Miguel Alves (Revisor Oficial de Contas Suplente)

### SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Sónia Maria Ferreira Guerra Torrão  
Francisco Maria Pimentel Vilhena de Carvalho (Secretário Suplente)



## 1.4 Enquadramento Macroeconómico

### 1.4.1 Situação Económica Internacional

Na sequência da crise financeira global iniciada em 2007, o ano de 2009 ficou marcado pela forte queda ou desaceleração da actividade nas principais áreas económicas. Esta evolução foi determinada, sobretudo, por uma deterioração significativa da confiança dos agentes económicos, que se traduziu numa quebra da procura e dos fluxos de comércio internacional na primeira metade do ano. A recessão foi vivida num quadro de menor disponibilidade de liquidez nos mercados financeiros e, em função disso, num ambiente de maior restrição dos critérios de financiamento da actividade económica. Como resposta, as autoridades puseram em prática programas agressivos de estabilização financeira e de estímulo ao crescimento, que incluíram a redução dos juros de referência para níveis próximos de zero, a injeção massiva de liquidez no sistema financeiro (por exemplo, através da aquisição de títulos de dívida pública e privada por parte dos bancos centrais) e, ao nível da política orçamental, estímulos fiscais ao consumo de bens duradouros e o aumento do investimento público em infraestruturas.

Em função destes estímulos, observaram-se na segunda metade do ano e, sobretudo, no 4º trimestre, sinais de aceleração da actividade global e de estabilização financeira, com tradução num estreitamento gradual dos *spreads* nos mercados monetário e de crédito, reflectindo um recuo da aversão ao risco e uma maior confiança dos agentes na normalização do sector financeiro.

Não obstante a forte subida do preço do petróleo em 2009 (de USD 42 para USD 77 por barril, no caso do Brent), a aceleração da produtividade observada nas principais economias permitiu que a recuperação do crescimento se fizesse num ambiente de inflação e taxas de juro baixas. Este facto beneficiou os mercados accionistas, sobretudo a partir do 2º trimestre: nos Estados Unidos, os índices Dow Jones, Nasdaq e S&P500 registaram valorizações anuais de 18,8%, 43,9% e 23,5%, respectivamente e, na Zona Euro, os índices DAX, CAC40 e IBEX valorizaram-se, respectivamente, 23,9%, 22,3% e 29,8%.

Os elevados níveis de incerteza, quanto à evolução da actividade económica e quanto à estabilidade do sistema financeiro, marcaram a economia dos Estados Unidos em 2009, tendo o PIB registado uma queda significativa na primeira metade do ano.

Este quadro levou as autoridades a reagirem e, em resultado dos estímulos orçamentais e monetários, a economia americana exibiu uma trajectória de recuperação na segunda metade do ano, registando um crescimento anualizado de cerca de 5% no 4º trimestre. Neste contexto, o PIB caiu apenas 2,6% no conjunto de 2009, um registo menos desfavorável do que o admitido no início do ano. O consumo privado e o investimento registaram quedas anuais, mas com melhorias significativas no 2º semestre (sobretudo o consumo de bens duradouros e o investimento residencial). Para a melhoria da actividade contribuíram, também, decisivamente, o início de um ciclo favorável no investimento em reposição de *stocks*, uma estabilização mais visível do sector da habitação e o impacto da depreciação do USD na competitividade das exportações americanas.

O compromisso das autoridades para com a estabilização económica e financeira produziu um impacto importante na confiança dos agentes económicos, permitindo o regresso do optimismo aos mercados, expresso numa valorização dos principais índices accionistas e num estreitamento dos *spreads* de crédito. Para além da melhoria das perspectivas para a actividade, os mercados financeiros beneficiaram, ainda, da expectativa de uma inflação

baixa (-0,3% em 2009), associada a uma elevada capacidade produtiva excedente (de que o desemprego, em 10% da população activa no final do ano, foi a expressão mais visível). A manutenção de um ambiente de baixas taxas de juro daqui resultante contribuiu para que o mercado tomasse o USD como instrumento para financiar investimentos em activos de maior retorno, sobretudo em economias emergentes e exportadoras de *commodities*. Este facto sustentou a depreciação do USD, que superou uma queda de 16% em termos efectivos, entre Março e Dezembro.

Na Zona Euro, o 1º semestre ficou marcado por uma forte contracção da actividade (quedas de 2,4% e de 0,2% q-o-q nos dois primeiros trimestres), prosseguindo a recessão iniciada no 2º trimestre de 2008, com fortes recuos das exportações e do investimento, influência da crise financeira, mais relevante no último trimestre de 2008. A contracção da liquidez e a forte deterioração da confiança ocorridas nos últimos meses daquele ano conduziram a um recuo generalizado da confiança e da procura que, por sua vez, se traduziu numa forte contracção da procura externa (com impacto especialmente negativo na Alemanha, com uma quebra esperada do PIB próxima de 5% em 2009, o pior registo desde a 2ª Guerra Mundial). Diversas economias da Zona Euro continuaram, ainda, a sofrer os efeitos de uma recessão no sector da habitação, a qual ampliou o ajustamento negativo da procura. No conjunto do ano, o PIB da Zona Euro registou uma queda próxima de 4%.

Contudo, os 3º e 4º trimestres de 2009 foram já marcados por um regresso ao crescimento positivo da actividade após cinco trimestres consecutivos de contracção. Esta melhoria do desempenho beneficiou de uma recuperação das exportações, de um efeito favorável do investimento em reposição de *stocks* (favorecendo a actividade industrial) e dos estímulos monetários e orçamentais levados a cabo pelas autoridades. No entanto, a procura interna revelou ainda um fraco desempenho, marcado pelas restrições ao financiamento do consumo e do investimento privados, pela deterioração das condições do mercado de trabalho (de que se destaca a subida progressiva do desemprego até 10% da população activa no final do ano), e por um aumento da poupança por motivo de precaução.

No plano dos preços, registou-se uma inflação média anual marginalmente superior a 0% (após 3,3% em 2008), resultante da ausência de pressões sobre os preços do lado da procura mas também da evolução dos preços da energia, nomeadamente da baixa do preço do petróleo face ao ano de 2008. Neste contexto, o Banco Central Europeu prosseguiu, até Maio, uma trajectória de redução das taxas de juro de referência (descidas da principal taxa de juro de referência de 50 pontos base em Janeiro e Março e a descidas de 25 pontos base em Abril e Maio), reduzindo também, entre Janeiro e Maio, as taxas de juro de cedência de liquidez e de depósito.

A condução de políticas orçamentais expansionistas por parte dos governos nacionais, visando estimular a procura interna, levou a uma deterioração considerável das contas públicas, tendo o défice orçamental da Zona Euro no seu conjunto aumentado de 2% para cerca de 6% do PIB. Destacaram-se, a este propósito, os défices públicos da Grécia, Irlanda e Espanha, superiores a 10% do PIB. Esta evolução traduziu-se numa deterioração do risco soberano (ampliação do diferencial das *yields* dos respectivos títulos da dívida pública relativamente aos títulos alemães), que penalizou particularmente a Grécia e a Irlanda (que sofreram *downgradings* dos respectivos *ratings* no final do ano) mas, também, as outras economias da “periferia” da Zona Euro (Itália, Espanha, e Portugal, com os dois últimos a sofrerem revisões em baixa no *outlook* para os respectivos *ratings*).

## 1.4.2 Situação Económica Nacional

Reflectindo os efeitos da recessão económica global, a economia portuguesa registou, em 2009, uma contracção do PIB de 2,7%. Este desempenho revelou-se, contudo, menos desfavorável do que o observado nos principais parceiros de Portugal na União Europeia (registaram-se quedas do PIB de 3,7% em Espanha, 5% na Alemanha, 2,8% em França e 4,5% no Reino Unido). Para além da menor intensidade da recessão, Portugal foi uma das primeiras economias da UE a abandonar o ciclo de variações negativas do PIB, logo a partir do 2º trimestre.

Este comportamento é explicado pelo facto de a procura não ter sido afectada, como em outras economias, por efeitos negativos associados a correcções do mercado imobiliário, nem por situações de instabilidade no sistema financeiro. Neste sentido, a recessão sofrida pela economia portuguesa em 2009 resultou, sobretudo, da quebra da procura externa, bem como de uma natural deterioração da confiança das famílias e das empresas, com impacto negativo no consumo e, sobretudo, no investimento. Estes dois agregados foram, também, afectados pela maior restrição sentida ao nível dos critérios de financiamento da actividade económica, fruto de uma menor liquidez disponível nos mercados financeiros internacionais. Assim, no conjunto de 2009, as exportações registaram uma queda de 12,3%, após um recuo de 0,5% no ano anterior. Esta queda foi comum à generalidade dos bens e serviços, bem como a todos os principais destinos de exportação na União Europeia. Da mesma forma e reflectindo a contracção da procura interna, as importações caíram 10,7% no conjunto do ano, após um crescimento de 2,1% em 2008.

A deterioração das expectativas face à evolução da procura interna e externa, os elevados níveis de incerteza e a menor disponibilidade do crédito contribuíram para a evolução sentida no investimento, que registou uma quebra real de 12,6%. O investimento das empresas terá registado uma queda real próxima de 15%, que não foi compensada pelo forte aumento do investimento público (de cerca de 13%), a principal expressão dos estímulos orçamentais à actividade económica (o consumo público registou uma subida real de 2%). O investimento das famílias em habitação acentuou a tendência de queda observada no ano anterior, com um registo próximo de -12%.

A descida da confiança e o aumento da incerteza entre as famílias traduziu-se, ainda, numa quebra do consumo privado, em cerca de 0,8%. Esta evolução ocorreu apesar de um aumento do rendimento disponível das famílias, fruto da descida dos juros, explicando-se, em grande medida, pela atitude de precaução adoptada pelas famílias. Assim, o ano de 2009 ficou marcado por um aumento significativo da taxa de poupança, para um valor ligeiramente acima de 8% do rendimento disponível, interrompendo a tendência de queda da poupança das famílias observada desde 2002. A evolução negativa do consumo privado é explicada pela forte quebra do consumo de bens duradouros, uma vez que as despesas em bens não duradouros registaram um crescimento marginalmente positivo. O poder de compra das famílias beneficiou, em 2009, de uma inflação negativa uma vez que, em termos médios anuais, a inflação caiu de 2,6% para -0,8%.

À diminuição das necessidades de financiamento do sector privado correspondeu um aumento das necessidades de financiamento das Administrações Públicas, sobretudo em resultado dos estímulos orçamentais à actividade económica, mas reflectindo, igualmente, os efeitos da fase baixa do ciclo económico sobre as contas públicas. Neste contexto, o défice público subiu de 2,7% para 9,3% do PIB.

## 1.4.3 O Sector Segurador

No sector dos seguros, o ano de 2009 foi marcado por uma contracção significativa da produção (-5,4%), ao qual não terá sido alheia a recessão global das economias.

Esta evolução negativa do volume de prémios verificou-se nos segmentos Vida (-5,7%) e Não Vida (-4,6%).

Com um volume total de produção de cerca de 14,5 mil milhões de euros, as estimativas indicam uma manutenção da importância do sector segurador no PIB próxima dos 9%, preservando neste indicador, um lugar de destaque entre os vários mercados da União Europeia. Para esta relativa estagnação do índice de penetração dos seguros na economia terá contribuído a contracção verificada no PIB.

A queda verificada no segmento Vida coincidiu com uma conjuntura de aumento do rendimento disponível das famílias e da respectiva taxa de poupança pelo que será de admitir que parte das poupanças tenham sido redireccionadas para outras aplicações. Note-se que a evolução negativa verificada na produção foi fortemente influenciada pelo segmento dos seguros ligados a fundos de investimento, eventualmente mais expostos à concorrência do mercado de risco, que foram os que maior contracção registaram (-31,6%), com destaque para os seguros de capitalização (-25%) e, sobretudo, para as operações de capitalização, que verificaram uma quebra superior a 96%.

Neste contexto, sobressaiu mais uma vez a expansão do PPR, com um crescimento próximo dos 28%, reflectindo a crescente popularidade que estes produtos vêm merecendo no aforro de longo prazo e cujas subscrições (num volume superior a 3,1 mil milhões de euros) representam já cerca de 30% da produção seguradora do ramo Vida.

A evolução do segmento Não Vida enquadra-se numa tendência de desaceleração que decorre, desde 2003, tendo-se já verificado, em 2008, um decréscimo absoluto da produção, embora mais moderado. De um modo geral, esta evolução reflecte um agravamento da *performance* macroeconómica, que condiciona a massa segurável, conjugada com um crescente ambiente concorrencial neste sector, que estimula uma saudável competição entre os operadores, mas que se reflecte também em práticas tarifárias agressivas. Os ramos de Acidentes de Trabalho e de Automóvel, os dois maiores do segmento Não Vida, foram especialmente afectados pela influência simultânea destes factores, caindo os respectivos volumes de prémios 9,1% e 7,4%.

Como vem sendo hábito nos anos mais recentes, influenciados pela crescente preocupação da população com o acesso aos cuidados de saúde, os seguros do ramo Doença destoaram deste contexto de contracção, ainda que também eles apresentem um crescimento mais modesto do que nos anos anteriores (3,2% vs 9% verificados em 2008).

<sup>1</sup> Fonte: APS

## 1.5 A actividade da BES Seguros

Num ano ainda marcado por uma conjuntura macroeconómica desfavorável, a BES Seguros continuou a exercer a sua actividade no negócio de seguros não vida no contexto Banca Seguros, dirigida ao segmento de clientes particulares.

### 1.5.1 Produção

A produção total obtida em 2009, através das redes do Banco Espírito Santo, do Banco Espírito Santo dos Açores e do Banco BEST, foi de 117 551 contratos, o que, na conjuntura económica em que se desenvolveu a actividade, representa um considerável crescimento em relação a 2008 (17%). A carteira em vigor cresceu 14,6%, atingindo os 447 617 contratos no final de 2009.

	2009	2008	2007	Var. 2009/2008	Var. 2008/2007
Nº de apólices vendidas	117 551	100 510	71 041	17,0%	41,5%
Nº de apólices - carteira em vigor	447 617	390 609	352 743	14,6%	10,7%

Para este crescimento significativo contribuiu a reformulação efectuada nos produtos Seguros Auto e Casa no final do ano anterior, bem como o alargar da oferta, com a introdução de soluções inovadoras, como foi o caso do produto "Protecção Salário", no ramo dos Acidentes Pessoais.

Com um volume de 73 403 milhares de euros, os prémios brutos emitidos apresentaram um crescimento de 3,5% face ao registado em 2008, vendo assim a quota de mercado global nos seguros não vida aumentar para 1,8%. Esta evolução positiva fez-se sentir, principalmente, nos Acidentes Pessoais, influenciados pelo novo produto atrás referido, mantendo os Seguros Saúde e Casa comportamentos de crescimento. Pelo contrário, apesar da forte dinâmica comercial, o Seguro Automóvel apresentou ainda um decréscimo face ao ano anterior (-4,1%).

### Prémios Brutos Emitidos

	2009	2008	2007	Var. 2009/2008	Var. 2008/2007
<b>TOTAL</b>	<b>73 403</b>	<b>70 953</b>	<b>73 171</b>	<b>3,5%</b>	<b>-3,0%</b>
Acidentes Pessoais	8 075	6 977	11 152	15,7%	-37,4%
Doença	28 254	26 732	23 730	5,7%	12,6%
Riscos Múltiplos Habitação	21 798	21 310	20 383	2,3%	4,5%
Automóvel	15 277	15 934	17 906	-4,1%	-11,0%
<b>Quota de Mercado</b>	<b>1,8%</b>	<b>1,6%</b>	<b>1,7%</b>		

### 1.5.2 Custos com Sinistros

Os custos com sinistros de Seguro Directo (montante bruto, incluindo custos de gestão) atingiram os 43 387 milhares de euros, apresentando um decréscimo de 0,5% face a 2008.

Os custos com sinistros líquidos de resseguro aumentam 2,1%, atingindo os 42 982 milhares de euros.

	2009	2008	2007	Var. 2009/2008	Var. 2008/2007
<b>De seguro directo</b>	<b>43 387</b>	<b>43 611</b>	<b>42 301</b>	<b>-0,5%</b>	<b>3,1%</b>
Custos directos com sinistros	38 141	38 579	38 002	-1,1%	1,5%
Prestações	37 830	35 893	31 764	5,4%	13,0%
Variação da provisão para sinistros	311	2 686	6 237	-88,4%	-56,9%
Custos imputados à função sinistros	5 247	5 032	4 299	4,3%	17,0%
<b>De resseguro cedido</b>	<b>406</b>	<b>1 495</b>	<b>1 285</b>	<b>-72,9%</b>	<b>16,4%</b>
Montantes pagos	513	571	870	-10,2%	-34,3%
Variação da provisão para sinistros	-107	924	415	-111,6%	122,8%
<b>Custos com sinistros líquidos de resseguro</b>	<b>42 982</b>	<b>42 116</b>	<b>41 016</b>	<b>2,1%</b>	<b>2,7%</b>

No que se refere às taxas de sinistralidade de seguro directo, verificamos uma melhoria de 2,6 pontos percentuais relativamente ao ano anterior. Não obstante o aumento verificado nos Riscos Múltiplos Habitação, como consequência das intempéries verificadas no final do ano, e do Acidentes Pessoais, resultado da evolução de negócio e da introdução de novos produtos que se verificaram neste ramo, os restantes ramos apresentaram reduções nas taxas de sinistralidade, com particular destaque para a redução em 14 p.p. no Seguro Auto, influenciada pelo encerramento de sinistros com custo abaixo do valor inicialmente estimado.

#### Taxa de Sinistralidade Seguro Directo (Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos)

	2009	2008	2007	Var. 2009/2008	Var. 2008/2007
<b>Total</b>	<b>62,5%</b>	<b>65,1%</b>	<b>67,0%</b>	<b>-2,6 pp</b>	<b>-1,9 pp</b>
Custos directos com sinistros	54,9%	57,6%	60,2%	-2,7 pp	-2,6 pp
Acidentes Pessoais	16,2%	11,7%	0,0%	4,5 pp	11,7 pp
Doença	69,8%	72,1%	65,2%	-2,3 pp	6,9 pp
Riscos Múltiplos Habitação	44,7%	37,5%	33,3%	7,2 pp	4,2 pp
Automóvel	51,9%	65,9%	84,0%	-14,0 pp	-18,1 pp
Custos imputados à função sinistros	7,6%	7,5%	6,8%	0,1 pp	0,7 pp

#### Taxa de Sinistralidade LÍq. Resseguro (Custos c/ Sinistros líquidos resseguro / Prémios Adquiridos líquidos resseguro)

	2009	2008	2007	Var. 2009/2008	Var. 2008/2007
<b>Total</b>	<b>71,1%</b>	<b>70,3%</b>	<b>71,0%</b>	<b>0,8 pp</b>	<b>-0,7 pp</b>
Custos directos com sinistros	62,4%	61,9%	63,5%	0,5 pp	-1,6 pp
Acidentes Pessoais	41,7%	0,0%	0,0%	41,7 pp	0,0 pp
Doença	73,2%	75,4%	68,1%	-2,2 pp	7,3 pp
Riscos Múltiplos Habitação	49,4%	40,2%	32,4%	9,2 pp	7,8 pp
Automóvel	60,2%	67,5%	91,5%	-7,3 pp	-24,0 pp
Custos imputados à função sinistros	8,7%	8,4%	7,4%	0,3 pp	1,0 pp

No que se refere às taxas de sinistralidade líquidas de resseguro, verifica-se um acréscimo de 0,8 p.p., sentindo-se aqui o mesmo efeito que o anteriormente referido no que respeita aos Riscos Múltiplos Habitação e Acidentes Pessoais, neste caso, decorrente do produto que iniciou em 2008 uma vez que os restantes são integralmente cedidos no âmbito dos tratados de resseguro. A razão do crescimento ao nível global prende-se com o facto dos restantes produtos, apesar de apresentarem comportamentos idênticos ao verificado no seguro directo, não compensarem na mesma dimensão os crescimentos referidos.

### 1.5.3 Custos e Gastos de Exploração

Os custos de exploração líquidos apresentam uma redução de 1,8%, onde se destaca a evolução dos custos de aquisição, nomeadamente nas evoluções dos diferentes tipos de comissão.

milhares de euros					
	2009	2008	2007	Var. 2009/2008	Var. 2008/2007
<b>Custos de Exploração Líquidos</b>	<b>12 024</b>	<b>12 241</b>	<b>12 476</b>	<b>-1,8%</b>	<b>-1,9%</b>
Custos de aquisição	13 030	12 689	11 662	2,7%	8,8%
Comissões (intermediação de produtos de Seguros)	9 203	8 343	7 567	10,3%	10,3%
Outras Comissões e Custos de Aquisição	772	887	702	-12,9%	26,4%
Custos imputados à função aquisição	3 056	3 459	3 394	-11,7%	1,9%
Custos de aquisição diferidos (variação)	-948	-882	-1 288	-7,5%	31,5%
Gastos administrativos	2 668	2 452	2 631	8,8%	-6,8%
Custos imputados à função administrativa	2 668	2 452	2 631	8,8%	-6,8%
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-2 727	-2 018	-530	-35,1%	-280,6%
Comissões de resseguros cedido	-2 270	-1 522	-530	-49,2%	-187,0%
Participação nos resultados de resseguro	-456	-496	0	7,9%	-

O montante e crescimento mais significativo apresenta-se nas comissões por intermediação de produtos de seguros, decorrente da evolução da produção e da reformulação do comissionamento à rede, com diferenciação nas fórmulas mais completas dos produtos.

A evolução dos custos de exploração por ramo foi como se apresenta de seguida:

milhares de euros					
	2009	2008	2007	Var. 2009/2008	Var. 2008/2007
<b>Custos de Exploração Líquidos</b>	<b>12 024</b>	<b>12 241</b>	<b>12 476</b>	<b>-1,8%</b>	<b>-1,9%</b>
Acidentes Pessoais	-1 732	-1 480	-271	-17,0%	-445,6%
Doença	4 473	4 008	3 163	11,6%	26,7%
Riscos Múltiplos Habitação	6 637	6 823	6 456	-2,7%	5,7%
Automóvel	2 647	2 890	3 129	-8,4%	-7,6%
<b>Custos de Exploração Seguro Directo</b>	<b>14 751</b>	<b>14 259</b>	<b>13 006</b>	<b>3,4%</b>	<b>9,6%</b>
Acidentes Pessoais	761	316	61	141,0%	420,6%
Doença	4 707	4 229	3 361	11,3%	25,8%
Riscos Múltiplos Habitação	6 637	6 823	6 456	-2,7%	5,7%
Automóvel	2 647	2 890	3 129	-8,4%	-7,6%
<b>Comissões e participação nos resultados de resseguro</b>	<b>-2 727</b>	<b>-2 018</b>	<b>-530</b>	<b>-35,1%</b>	<b>-280,6%</b>
Acidentes Pessoais	-2 493	-1 796	-332	-38,8%	-441,0%
Doença	-234	-222	-198	-5,3%	-11,9%
Riscos Múltiplos Habitação	0	0	0	-	-
Automóvel	0	0	0	-	-

As comissões e participação nos resultados de resseguro dos Acidentes Pessoais incluem custos de aquisição diferidos referentes a resseguro, nomeadamente no que se refere ao seguro de “Protecção ao Crédito” e considerando a duração dos contratos.

### 1.5.4 Gastos Gerais por Natureza

A Companhia continuou a sua política de utilização racional dos recursos e controlo dos custos operacionais, apresentando uma estabilização nos custos e gastos por natureza a imputar (crescimento de 0,2%).

milhares de euros					
	2009	2008	2007	Var. 2009/2008	Var. 2008/2007
<b>CUSTOS IMPUTADOS POR FUNÇÕES</b>	<b>11 269</b>	<b>11 249</b>	<b>10 635</b>	<b>0,2%</b>	<b>5,8%</b>
Custos com sinistros	5 247	5 032	4 299	4,3%	17,0%
Custos de aquisição	3 056	3 459	3 394	-11,7%	1,9%
Gastos administrativos	2 668	2 452	2 631	8,8%	-6,8%
Custos de gestão de investimentos	298	307	310	-2,9%	-1,0%

milhares de euros					
	2009	2008	2007	Var. 2009/2008	Var. 2008/2007
<b>CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR</b>	<b>11 269</b>	<b>11 249</b>	<b>10 635</b>	<b>0,2%</b>	<b>5,8%</b>
<b>GASTOS DE NATUREZA OPERACIONAL</b>	<b>11 370</b>	<b>11 224</b>	<b>10 261</b>	<b>1,3%</b>	<b>9,4%</b>
Gastos com pessoal	2 560	2 695	2 646	-5,0%	1,8%
Fornecimentos e serviços externos	8 280	8 037	6 780	3,0%	18,5%
Impostos e taxas	261	269	604	-3,0%	-55,4%
Depreciações e amortizações do exercício	268	223	229	20,2%	-2,7%
<b>GASTOS DE NATUREZA FINANCEIRA</b>	<b>90</b>	<b>76</b>	<b>83</b>	<b>19,2%</b>	<b>-9,2%</b>
Juros suportados	0	0	0	-	-
Comissões	90	76	83	19,2%	-9,2%
<b>Outras provisões</b>	<b>-191</b>	<b>-50</b>	<b>291</b>	<b>-282,6%</b>	<b>-117,1%</b>

Os gastos de natureza operacional apresentam um crescimento de 1,3% comparativamente a 2008. No entanto, estes incluem, na rubrica de fornecimentos e serviços externos, os custos relacionados com a gestão de serviços de saúde, que são registados primeiro nesta natureza e, posteriormente, integralmente imputados à função sinistros. Excluindo estes, os gastos de natureza operacional apresentariam uma evolução de -2,4% e o total dos custos e gastos de -4%, quando comparados com o ano anterior.

### 1.5.5 Rácio Combinado

A evolução dos rácios de custos com sinistros líquidos de resseguro e custos e gastos de exploração em relação aos prémios adquiridos líquidos de resseguro foi a seguinte:

milhares de euros			
	2009	2008	2007
<b>Custos e gastos de Exploração/ Prémios Adquiridos líquidos de resseguro</b>	<b>19,9%</b>	<b>20,4%</b>	<b>21,6%</b>
Doença	16,6%	15,8%	14,0%
Riscos Múltiplos Habitação	33,0%	34,7%	35,0%
Automóvel	19,7%	19,4%	18,6%
<b>Custos com Sinistros/ Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)</b>	<b>71,1%</b>	<b>70,3%</b>	<b>71,0%</b>
Acidentes Pessoais	41,7%	0,0%	0,0%
Doença	87,8%	89,4%	81,3%
Riscos Múltiplos Habitação	52,9%	44,0%	36,0%
Automóvel	65,1%	72,4%	95,4%
<b>Rácio combinado, líquido de resseguros</b>	<b>90,9%</b>	<b>90,7%</b>	<b>92,5%</b>
Doença	104,4%	105,2%	95,4%
Riscos Múltiplos Habitação	85,9%	78,7%	71,0%
Automóvel	84,8%	91,8%	114,0%

## 1.5.6 Provisões Técnicas

milhares de euros					
	2009	2008	2007	Var. 2009/2008	Var. 2008/2007
<b>Provisões técnicas</b>	<b>86 121</b>	<b>81 744</b>	<b>75 035</b>	<b>5,4%</b>	<b>8,9%</b>
Provisão para prémios não adquiridos	32 060	29 054	25 992	10,3%	11,8%
Provisão para sinistros	49 431	49 120	46 434	0,6%	5,8%
De acidentes de trabalho	0	0	0	-	-
De outros ramos	49 431	49 120	46 434	0,6%	5,8%
Provisão para participação nos resultados	0	0	0	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	890	736	599	21,0%	22,8%
Provisão para riscos em curso	2 199	1 293	468	70,0%	176,3%
Outras provisões técnicas	1 542	1 542	1 542	0,0%	0,0%

As Provisões técnicas apresentam um crescimento de 5,4%, situando-se nos 86 121 milhares de euros.

Pelos valores que apresentam, as provisões para sinistros e para prémios não adquiridos são as mais representativas, sendo a última a apresentar um crescimento mais relevante, decorrente da evolução do negócio. A estabilização da provisão para sinistros (crescimento de 0,6%) é um sinal do bom comportamento verificado ao nível da sinistralidade global.

## 1.5.7 Actividade Financeira

O valor total dos activos financeiros (incluindo depósitos bancários) totalizou 106 542 milhares de euros no final de 2009, sendo constituído na sua maioria por obrigações, outros títulos de rendimento fixo e aplicações de curto prazo. Este valor representa um aumento de 8,8% em relação a 2008.

milhares de euros					
	2009	2008	2007	Var. 2009/2008	Var. 2008/2007
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>106 542</b>	<b>97 945</b>	<b>94 722</b>	<b>8,8%</b>	<b>3,4%</b>
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 802	3 128	26 294	-10,4%	-88,1%
Activos financeiros detidos para negociação	1	2	0	-51,4%	-
Activos disponíveis para venda	76 990	52 013	42 123	48,0%	23,5%
Empréstimos e contas a receber	19 307	29 294	8 380	-34,1%	249,6%
Investimentos a deter até à maturidade	7 442	13 509	17 926	-44,9%	-24,6%

milhares de euros					
	2009	2008	2007	Var. 2009/2008	Var. 2008/2007
<b>Actividade Financeira Líquida</b>	<b>2 984</b>	<b>998</b>	<b>3 175</b>	<b>199,0%</b>	<b>-68,6%</b>
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	2 963	4 285	3 250	-30,9%	31,8%
Ganhos líquidos de activos e passivos	21	-451	149	104,7%	-403,0%
Perdas de imparidade	0	2 836	224	-100,0%	1165,7%

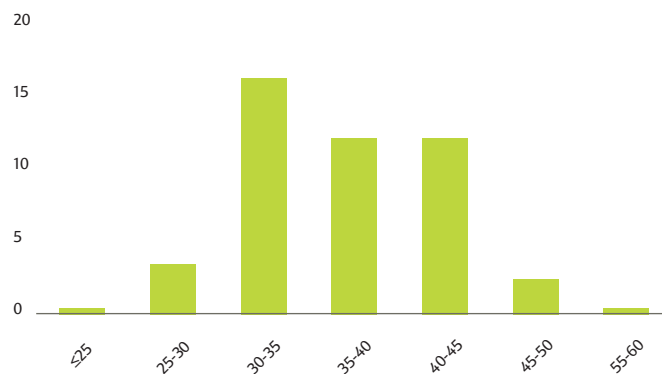
A actividade financeira líquida no exercício apresentou um crescimento de 199% fundamentalmente pela inexistência de perdas de imparidade quando comparada a 2008, uma vez que os rendimentos apresentaram uma diminuição de cerca de 30%, resultante da descida verificada nas taxas de juro.

## 1.5.8 Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2009, a BES Seguros tinha 51 colaboradores no seu quadro de pessoal (o mesmo número de 2008), dos quais 45 como efectivos.

Os colaboradores do quadro efectivo apresentam uma média de idades de 37 anos (distribuição por escalão etário conforme quadro anexo) e cerca de 70% têm formação e frequência académica de nível universitário.

Colaboradores por faixa etária



## 1.5.9 Resultado do Exercício e Capital Próprio

A BES Seguros atingiu, em 2009, um resultado líquido de 5 427 milhares de euros, representando 7,4% dos prémios brutos emitidos (5,5% em 2008) e um crescimento de 38,9% em relação ao ano anterior.

milhares de euros					
	2009	2008	2007	Var. 2009/2008	Var. 2008/2007
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>26 788</b>	<b>22 443</b>	<b>24 015</b>	<b>19,4%</b>	<b>-6,5%</b>
Capital	15 000	15 000	15 000	0,0%	0,0%
Outros instrumentos de capital	0	0	0	-	-
Reservas de reavaliação	64	-2 981	-968	102,2%	-208,1%
Reserva por impostos diferidos	-17	790	256	-102,2%	208,1%
Outras reservas	2 649	2 258	1 789	17,3%	26,2%
Resultados transitados	3 665	3 468	3 305	5,7%	4,9%
Resultado do exercício	5 427	3 908	4 632	38,9%	-15,6%

O capital próprio ascendeu a 26 788 milhares de euros, aumentando 19,4% relativamente ao verificado em 31 de Dezembro de 2008. Este crescimento significativo no Capital Próprio é devido, fundamentalmente, ao crescimento verificado no resultado mas também na Reserva de Reavaliação (102%). Recorde-se que, em 2008, esta reserva foi afectada negativamente pela queda registada nos mercados financeiros, com impactos nas carteiras de obrigações e acções.

A evolução do Capital Próprio não foi ainda mais significativa uma vez que está influenciada pela distribuição de 3 320 mil euros de dividendos referente ao exercício de 2008.



### 1.5.10 Margem de Solvência

O rácio de cobertura da margem de solvência estimado para 2009 é de 165,8%, mais 14,5 pontos percentuais que em 2008 (151,3%).

milhares de euros					
	2009*	2008	2007**	Var. 2009/2008	Var. 2008/2007
Margem de Solvência Disponível	20 780	18 551	19 352	12,0%	-4,1%
Margem de Solvência Exigida	12 536	12 264	12 264	2,2%	0,0%
Excesso/(insuficiência)	8 245	6 287	7 089	31,1%	-11,3%
% de cobertura	165,8%	151,3%	157,8%	14,5 pp	- 6,5 pp

\* Estimativa, antes de Distribuição de Dividendos Final (previstos Dividendos de 85 % do RL 2009 Local)

\*\* Para efeitos de comparabilidade, o exercício de 2007 foi recalculado de acordo com as regras aplicáveis a partir de 2008

### 1.5.11 Síntese e perspectivas

Apesar de 2009 ser um ano fortemente afectado pela crise económica e financeira, a BES Seguros prosseguiu a sua actividade com forte dinamismo e progressão da actividade comercial e nos resultados, aumentando a competitividade dos seus produtos mas mantendo um bom comportamento ao nível técnico e no controlo dos custos operacionais.

Por outro lado, manteve a dinâmica de inovação e adequação da oferta, como é exemplo o lançamento do “Seguro BES Protecção Salários”, produto inovador que tem como objectivo segurar o impacto no salário do risco de incapacidade e desemprego involuntário, bem como incentivar a domiciliação de despesas quotidianas no banco, estando neste caso estas também seguras.

Foi também o ano de iniciar o projecto de substituição de todo o sistema core de suporte à banca seguros não vida, tendo como objectivo melhorar o *time to market* no lançamento de produtos, fazer uma reengenharia de processos e produtos de forma a simplificar e agilizar o processo de vendas bem como dotar a Companhia de infra-estrutura tecnológica capaz de responder aos desafios futuros.

Paralelamente e tal como previsto, em 2009 a BES Seguros procedeu à adaptação das suas estruturas de funcionamento, nomeadamente através do reforço das sinergias com a BES Vida iniciada no ano anterior, com a criação de áreas partilhadas e equipas multidisciplinares.

Ainda no final do ano, a Companhia, dando cumprimento à legislação da Conduta de Mercado, nomeou o seu Provedor do Cliente, tendo procedido à sua divulgação quer internamente, quer junto dos seus canais de distribuição. É nossa expectativa que, com esta iniciativa, seja possível contribuir para uma maior transparência e confiança do processo de reclamações apresentadas pelos nossos clientes, permitindo o seu acesso, cumpridos os requisitos necessários, a uma opinião emitida por uma entidade isenta, imparcial e com uma vasta experiência no sector dos seguros.

O ano de 2010 trará novos desafios à BES Seguros mas a mesma ambição e determinação em prosseguir o desenvolvimento da sua actividade com o objectivo de contribuir para o fortalecimento da liderança do BES em soluções de protecção e segurança das famílias.

Para tal, serão fundamentais a conclusão, em 2010, do projecto de substituição do sistema operacional da Companhia e o lançamento de mais um produto inovador para reforçar as soluções de protecção da família. Para além do desenvolvimento da actividade, a consolidação das estruturas de funcionamento, nomeadamente através da partilha de estruturas e processos com a BES Vida, a optimização dos recursos e o desenvolvimento da gestão de risco continuarão a ser linhas de actuação indispensáveis para responder, de uma forma cada vez mais eficiente e eficaz, às exigências actuais e futuras.

## 1.6 Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido do exercício foi de 5 427 031 euros.

Adicionando a este resultado líquido o valor de 3 665 057 euros correspondente a resultados transitados, são susceptíveis de serem distribuídos 9 092 088 euros.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

1. 10% do resultado líquido do exercício, no valor de 542 704 euros, para Reserva Legal;
2. o restante, no valor de 8 549 384 euros, à disposição da Assembleia Geral para efeitos e nos termos previstos no Contrato de Sociedade.

## 1.7 Nota Final

O conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração da BES, Companhia de Seguros, SA.

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento pelo apoio e confiança dos accionistas e clientes, bem como pelo esforço, dedicação e profissionalismo demonstrados pelos colaboradores da Companhia.

Desejamos expressar também o nosso reconhecimento à imprescindível colaboração prestada pelo Grupo Crédit Agricole, Banco Espírito Santo, Banco Espírito Santo dos Açores e Banco BEST.

Registamos, igualmente, com elevado apreço, a acção do Conselho Fiscal e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal, pela Associação Portuguesa de Seguradores e pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários nos vários domínios das suas áreas de competência.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2010.

O Conselho de Administração

## 02 Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

**PEDRO CABRITA REIS**, b. 1956, Portugal. **"The sleep of reason # 2, III series"**, 2000. Acrílico sobre fotografia (montada em alumínio) 50x75cm. Cortesia de PCR Studio.



# 02 Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

## 2.1 Conta de Ganhos e Perdas

### Conta de Ganhos e Perdas em 31 Dezembro 2009 e 2008

valores em euros

Conta de Ganhos e Perdas	Notas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	60 487 782,37	0,00	60 487 782,37	59 923 442,37
Prémios brutos emitidos		73 402 896,54	0,00	73 402 896,54	70 953 319,66
Prémios de resseguro cedido		-13 118 518,81	0,00	-13 118 518,81	-11 861 000,56
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		-3 954 624,68	0,00	-3 954 624,68	-3 943 140,27
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		4 158 029,32	0,00	4 158 029,32	4 774 263,54
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6	42 981 806,24	0,00	42 981 806,24	42 115 660,01
Montantes pagos		42 563 653,48	0,00	42 563 653,48	40 352 909,03
Montantes brutos		43 076 790,09	0,00	43 076 790,09	40 924 341,24
Parte dos resseguradores		-513 136,61	0,00	-513 136,61	-571 432,21
Provisão para sinistros (variação)		418 152,76	0,00	418 152,76	1 762 750,98
Montante bruto		310 705,21	0,00	310 705,21	2 686 460,38
Parte dos resseguradores		107 447,55	0,00	107 447,55	-923 709,40
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	7	1 059 689,26	0,00	1 059 689,26	961 394,18
Custos e gastos de exploração líquidos	8	12 024 325,11	0,00	12 024 325,11	12 241 242,96
Custos de aquisição		13 030 393,02	0,00	13 030 393,02	12 688 653,50
Custos de aquisição diferidos (variação)		-947 838,52	0,00	-947 838,52	-881 556,09
Gastos administrativos		2 668 274,32	0,00	2 668 274,32	2 451 732,65
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-2 726 503,71	0,00	-2 726 503,71	-2 017 587,10
Rendimentos	9	2 837 848,05	422 827,54	3 260 675,59	4 592 427,39
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		2 837 848,05	422 827,54	3 260 675,59	4 592 427,39
Gastos financeiros	10	298 156,09	0,00	298 156,09	307 175,72
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		90 140,25	0,00	90 140,25	75 618,52
Outros		208 015,84	0,00	208 015,84	231 557,20
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	13	21 361,75	0,00	21 361,75	-451 410,73
De activos disponíveis para venda		-21 873,32	0,00	-21 873,32	-520 897,25
De investimentos a deter até à maturidade		43 235,07	0,00	43 235,07	69 486,52
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	14	0,00	0,00	0,00	2 835 814,79
De activos disponíveis para venda		0,00	0,00	0,00	2 835 814,79
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	15	11 785,01	0,00	11 785,01	33 411,55
Outras provisões (variação)	16	0,00	21 519,76	21 519,76	5 197,39
Outros rendimentos/gastos	15	0,00	-14 831,61	-14 831,61	-18 245,31
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>6 994 800,48</b>	<b>386 476,17</b>	<b>7 381 276,65</b>	<b>5 613 140,22</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	28	0,00	1 509 094,30	1 509 094,30	2 089 231,83
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	28	0,00	445 151,13	445 151,13	-383 867,68
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5 427 031,22</b>	<b>3 907 776,07</b>
Resultado por acção básico				0,36	0,26

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O DIRECTOR DE CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## 2.2 Balanço

### Balanço em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

valores em euros

Activo	Notas	Exercício			Exercício anterior Activo Líquido
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	17	2 801 706,33	0,00	2 801 706,33	3 127 561,01
Activos financeiros detidos para negociação	19	827,74	0,00	827,74	1 704,76
Activos disponíveis para venda	20	76 990 206,47	0,00	76 990 206,47	52 013 138,38
Empréstimos e contas a receber	22	19 307 094,11	0,00	19 307 094,11	29 293 877,92
Outros depósitos		9 279 392,17	0,00	9 279 392,17	19 235 202,09
Empréstimos concedidos		10 027 701,94	0,00	10 027 701,94	10 058 675,83
Investimentos a deter até à maturidade	23	7 442 333,02	0,00	7 442 333,02	13 508 832,19
Outros activos tangíveis	24	1 771 809,04	1 389 228,85	382 580,19	344 514,04
Outros activos intangíveis	25	9 441 587,92	8 046 631,79	1 394 956,13	572 063,96
Provisões técnicas de resseguro cedido	26	13 824 146,64	0,00	13 824 146,64	12 039 732,04
Provisão para prémios não adquiridos		8 162 304,68	0,00	8 162 304,68	6 270 442,53
Provisão para sinistros		5 661 841,96	0,00	5 661 841,96	5 769 289,51
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	27 / 16	3 764 599,54	117 467,78	3 647 131,76	3 339 725,42
Contas a receber por operações de seguro directo		1 538 634,81	117 467,78	1 421 167,03	399 259,54
Contas a receber por outras operações de resseguro		199 341,55	0,00	199 341,55	406 731,55
Contas a receber por outras operações		2 026 623,18	0,00	2 026 623,18	2 533 734,33
Activos por impostos	28	408 575,12	0,00	408 575,12	1 389 691,22
Activos por impostos correntes		271 178,77	0,00	271 178,77	0,00
Activos por impostos diferidos		137 396,35	0,00	137 396,35	1 389 691,22
Acréscimos e diferimentos	29	1 283 135,63	0,00	1 283 135,63	78 646,66
<b>TOTAL ACTIVO</b>		<b>137 036 021,56</b>	<b>9 553 328,42</b>	<b>127 482 693,14</b>	<b>115 709 487,60</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O DIRECTOR DE CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## Passivo e Capital Próprio em 31 Dezembro 2009 e 2008

valores em euros

Passivo e Capital Próprio	Notas	Exercício	Exercício anterior
<b>PASSIVO</b>			
Provisões técnicas	26	86 121 192,37	81 744 011,74
Provisão para prémios não adquiridos		32 060 433,40	29 053 647,24
Provisão para sinistros		49 430 922,74	49 120 217,53
De outros ramos		49 430 922,74	49 120 217,53
Provisão para desvios de sinistralidade		889 816,67	735 649,30
Provisão para riscos em curso		2 198 518,28	1 292 996,39
Outras provisões técnicas		1 541 501,28	1 541 501,28
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	12	300 143,00	296 839,00
Outros credores por operações de seguros e outras operações	31	5 171 615,36	4 880 604,88
Contas a pagar por operações de seguro directo		85 202,96	42 032,69
Contas a pagar por outras operações de resseguro		2 094 637,22	731 831,32
Contas a pagar por outras operações		2 991 775,18	4 106 740,87
Passivos por impostos	28	1 012 166,32	1 490 761,99
Passivos por impostos correntes		1 012 166,32	1 490 761,99
Acréscimos e diferimentos	32	7 852 425,79	4 427 046,67
Outras Provisões	33	236 843,31	427 629,15
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>100 694 386,15</b>	<b>93 266 893,43</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>34</b>		
Capital		15 000 000,00	15 000 000,00
Reservas de reavaliação	20	64 495,70	-2 981 329,65
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros		64 495,70	-2 981 329,65
Reserva por impostos diferidos		-17 091,37	790 052,37
Outras reservas		2 648 814,59	2 258 036,59
Resultados transitados		3 665 056,85	3 468 058,79
Resultado do exercício		5 427 031,22	3 907 776,07
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>26 788 306,99</b>	<b>22 442 594,17</b>
<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>127 482 693,14</b>	<b>115 709 487,60</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O DIRECTOR DE CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



## 2.3 Demonstração de Variações do Capital Próprio

### Demonstração de variações do capital próprio em 31 de Dezembro de 2009

valores em euros

	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras Reservas	Resultados transitados	Resultados do exercício	TOTAL
		Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		Reserva Legal			
<b>Balanço a 31 de Dezembro 2008 (balanço de abertura)</b>	15 000 000,00	-2 981 329,65	790 052,37	2 258 036,59	3 468 058,79	3 907 776,07	22 442 594,17
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Balanço de abertura alterado</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	0,00	3 045 825,35	0,00	0,00	0,00	0,00	3 045 825,35
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	0,00	0,00	-807 143,74	0,00	0,00	0,00	-807 143,74
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	0,00	0,00	0,00	390 778,00	0,00	-390 778,00	0,00
Distribuição de lucros/prejuízos	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 320 000,01	0,00	-3 320 000,01
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	0,00	0,00	0,00	0,00	3 516 998,07	-3 516 998,07	0,00
<b>Total das variações do capital próprio</b>	0,00	3 045 825,35	-807 143,74	390 778,00	196 998,06	-3 907 776,07	-1 081 318,40
Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 427 031,22	5 427 031,22
<b>Balanço a 31 de Dezembro 2009</b>	15 000 000,00	64 495,70	-17 091,37	2 648 814,59	3 665 056,85	5 427 031,22	26 788 306,99

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O DIRECTOR DE CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### Demonstração de variações do capital próprio em 31 de Dezembro de 2008

valores em euros

	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras Reservas	Resultados transitados	Resultados do exercício	TOTAL
		Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		Reserva Legal			
<b>Balanço a 31 de Dezembro 2007 (balanço de abertura)</b>	15 000 000,00	0,00	0,00	1 789 130,59	3 250 839,27	4 689 058,51	24 729 028,37
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	0,00	-967 507,88	256 389,61	0,00	53 854,91	-56 887,90	-714 151,26
<b>Balanço de abertura alterado</b>	15 000 000,00	-967 507,88	256 389,61	1 789 130,59	3 304 694,18	4 632 170,61	24 014 877,11
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	0,00	-2 013 821,77	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 013 821,77
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	0,00	0,00	533 662,76	0,00	0,00	0,00	533 662,76
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	0,00	0,00	0,00	468 906,00	0,00	-468 906,00	0,00
Distribuição de lucros/prejuízos	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 999 900,00	0,00	-3 999 900,00
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	0,00	0,00	0,00	0,00	4 163 264,61	-4 163 264,61	0,00
<b>Total das variações do capital próprio</b>	0,00	-2 013 821,77	533 662,76	468 906,00	163 364,61	-4 632 170,61	-5 480 059,01
Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 907 776,07	3 907 776,07
<b>Balanço a 31 de Dezembro 2008</b>	15 000 000,00	-2 981 329,65	790 052,37	2 258 036,59	3 468 058,79	3 907 776,07	22 442 594,17

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O DIRECTOR DE CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## 2.4 Demonstração do Rendimento Integral

### Demonstração do Rendimento Integral em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	valores em euros	
	2009	2008
Resultado líquido do exercício	5 427 031,22	3 907 776,07
Variação do justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	3 045 825,35	-2 013 821,77
Variação dos impostos correntes e diferidos	-807 143,74	533 662,76
<b>Total do rendimento integral</b>	<b>7 665 712,83</b>	<b>2 427 617,06</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O DIRECTOR DE CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## 2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

### Demonstração dos Fluxos de Caixa 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	valores em euros	
	2009	2008
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>		
Resultado líquido do exercício	5 427 031,22	3 907 776,07
Depreciações e amortizações do exercício	268 374,70	223 220,00
Variação da provisão para sinistros		
de seguro directo	310 705,21	2 686 460,38
de resseguro cedido	107 447,55	-923 709,28
Variação de outras provisões técnicas:		
de seguro directo	4 066 475,42	4 022 978,36
de resseguro cedido	-1 891 862,15	-2 010 452,73
Variação do ajustamento de recibos por cobrar	21 519,76	5 197,39
Ganhos em investimentos	-177 924,54	-220 478,30
Perdas em investimentos	156 562,79	671 889,03
Perdas por imparidade	0,00	2 835 814,79
(Aumento)/Diminuição de devedores:		
por operações de seguro directo	-1 043 427,25	-295 228,17
por operações de resseguro	207 390,00	345 147,84
Activos por impostos	981 116,10	-917 530,44
por outras operações	507 111,15	-6 798,17
Variações em outras contas do activo	-1 203 611,95	6 384,72
Aumento/(diminuição) em credores:		
por operações de seguro directo	43 170,27	20 459,36
por operações de resseguro	1 362 805,90	-1 207 874,06
Passivos por impostos	-478 595,67	-259 555,95
por outras operações	-1 114 965,69	2 414 235,36
Variação de outras provisões	-190 785,84	-139 871,47
Variações em outras contas do passivo	3 428 683,12	924 376,46
Reserva por impostos diferidos	-807 143,74	533 662,76
	9 980 076,36	12 616 103,95
<b>Fluxos de caixa de actividades de investimento</b>		
Ganhos e perdas potenciais registados em reservas	3 045 825,35	-2 013 821,77
Aquisições de investimentos	-162 128 501,50	-327 788 150,55
Alienações de investimentos	153 226 078,14	298 111 651,65
Aquisições de outros activos tangíveis e intangíveis	-1 129 333,02	-92 418,08
Alienações de outros activos tangíveis e intangíveis	0,00	0,00
	-6 985 931,03	-31 782 738,75
<b>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</b>		
Distribuição de dividendos	-3 320 000,01	-3 999 900,00
	-3 320 000,01	-3 999 900,00
<b>Variação líquida em caixa e equivalentes</b>	<b>-325 854,68</b>	<b>-23 166 534,80</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do período</b>	<b>3 127 561,01</b>	<b>26 294 095,81</b>
<b>Caixa e equivalentes no fim do período</b>	<b>2 801 706,33</b>	<b>3 127 561,01</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O DIRECTOR DE CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## 2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

#### Introdução

A Companhia (então designada por Espírito Santo, Companhia de Seguros, S.A) foi constituída por escritura celebrada em 12 de Setembro de 1996 com um Capital Social de €7 481 968,46, posteriormente actualizado para €15 000 000,00.

Em 27 de Junho de 2006 verificou-se a alteração do nome da Sociedade, passando a designar-se por BES, Companhia de Seguros, SA, (“Bes Seguros” ou “Companhia”) N.º 503 718 092, de pessoa colectiva e de matrícula na C.R.C. de Lisboa, com sede na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75-11º - 1070-061 Lisboa, Portugal

Na mesma data, 50% do capital social da Companhia passou a ser detido pelo Crédit Agricole, SA., ficando este com o controlo de gestão da empresa; os restantes 50% são detidos pelo Grupo Banco Espírito Santo e pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Em 2008, ocorreram alterações ao nível da estrutura accionista da BES Seguros, transmissão da participação detida pelo Crédit Agricole, S.A para a Crédit Agricole Assurances de 1 500 000 acções, com valor nominal de 5€ cada, representativas de 50% do capital social e dos direitos de voto.

A Companhia é consolidada nas demonstrações financeiras da Crédit Agricole Assurances S.A.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 26 de Fevereiro de 2010.

#### Descrição da natureza do negócio

A BES Seguros deu continuidade à sua actividade na área de Banca Seguros, ao servir os clientes particulares do Banco Espírito Santo, Banco Espírito Santo dos Açores e Banco BEST, com os produtos de base de seguros não-vida.

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 2.1. Descrição da(s) base(s) de mensuração usada(s) na preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nos registos contabilísticos da BES Seguros, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para a actividade seguradora em conformidade com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES”) - Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adoptadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, com excepção do IFRS 4 em que apenas são adoptados os princípios

de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Contudo e tal como descrito na Nota 38, a BES Seguros adoptou, na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2009, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009. As políticas contabilísticas utilizadas pela BES Seguros na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta nota, foram adaptadas em conformidade. As novas normas e interpretações adoptadas em 2009 tiveram sobretudo impacto ao nível da apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações sendo apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a BES Seguros ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 38.

No âmbito da transposição do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, a BES Seguros já adopta os princípios de reconhecimento e mensuração estabelecidos pelos IFRS desde 1 de Janeiro de 2004, para efeitos de reporte aos accionistas.

Foram também utilizadas as normas emitidas pelo ISP que definem a contabilização das operações efectuadas pelas empresas de seguros.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2009, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras comparativas, com referência a 31 de Dezembro de 2008. A Companhia opera de acordo com o princípio da continuidade.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o actual Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Na nota 3 identificam-se as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

## 2.2. Especialização de Exercícios

Os proveitos e os custos são considerados quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento do recebimento ou pagamento, estando assim relevados nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

## 2.3. Responsabilidade por Férias e Subsídio de Férias

Esta responsabilidade está reflectida na rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo, representando dois meses de remuneração a auferir pelos empregados em 2010 e respectivos encargos, ficando assim representadas as responsabilidades legais existentes, uma vez que o direito a estas remunerações foi adquirido no exercício de 2009.

## 2.4. Operações em Moeda Estrangeira

As operações efectuadas em moeda estrangeira foram convertidas para euros ao câmbio da data em que ocorreram. As diferenças de câmbio resultantes das operações efectuadas em moeda estrangeira são registadas na conta de ganhos e perdas do exercício em que ocorrem, bem como a actualização cambial, à taxa em vigor no final do exercício, dos saldos devedores e credores apresentados em balanço.

## 2.5. Instrumentos Financeiros Derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

### Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

## 2.6. Outros Activos Financeiros

A Companhia classifica os seus activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

### Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Companhia tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através dos resultados ou como disponíveis para venda.

## Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram na categoria acima referida.

### Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

### Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos detidos para venda são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

### Transferências entre categorias de activos financeiros

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement* and IFRS 7: *Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, *Loans and Receivables* ou para activos financeiros detidos até à maturidade (*Held-to-maturity*), desde que esses activos financeiros obedeam às características de cada categoria. A Companhia não adoptou esta possibilidade.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de "Loans and receivables" e *Held-to-maturity* são também permitidas.

## Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os instrumentos de capital cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A Companhia elegeu como critérios de imparidade os seguintes:

- Instrumentos de capital, o declínio de 50% do valor de mercado face ao valor de aquisição, ou uma desvalorização continuada por um período superior a 24 meses;

Adicionalmente, para os instrumentos financeiros com menos valias não realizadas, a análise sobre a imparidade requer a aplicação de um julgamento. Uma diminuição de 30% durante 6 meses é um critério que ajuda a aplicar este julgamento;

- Instrumentos de dívida, incumprimentos do emissor.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no activo, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

## 2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

## 2.8. Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia são contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição, englobando as despesas necessárias à sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que reflectem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo	12,5%
Máquinas e ferramentas	20 a 25%
Equipamento informático	10 a 33,33%
Instalações interiores	10%
Material de transporte	25%
Outro Equipamento	12,5%
Património artístico	12,5%

## 2.9. Activos intangíveis

Os activos intangíveis da Companhia são contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição, englobando as despesas necessárias à sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes com os activos intangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia.

Os custos directamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software*, reconhecidos como activos são amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que reflectem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Despesas de constituição e instalação	33,33%
Despesas de investigação e desenvolvimento	33,33%
Despesas em edifícios arrendados	10%
Equipamento informático ( <i>software</i> )	10 a 33,33%

## 2.10. Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.



Locações operacionais:

Os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

## 2.11. Benefícios aos empregados

### Responsabilidades por Pensões Complementares de Reforma

Nos termos estabelecidos no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros, a Companhia assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias para o complemento de reforma.

A Companhia tem ainda responsabilidades com os administradores, segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma.

As responsabilidades dos empregados da Companhia abrangidos pelo plano de pensões do contrato colectivo de trabalho e dos seus administradores estão representadas nos “Fundo de Pensões Tranquilidade” e “Fundo de Pensões Administradores Tranquilidade”, dos quais a Companhia é associada.

O fundo de pensões é gerido pela ESAF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes na Companhia correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a vida de serviços remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. A Companhia determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antes do empregado atingir os 65 anos de idade (reformas antecipadas) é reconhecido em resultados quando incorrido.

A Companhia efectua pagamentos ao fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

As responsabilidades foram calculadas através do estudo actuarial efectuado em 2009, conforme explicitado na nota 12.

### Distribuição de resultados aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, os accionistas aprovam anualmente em Assembleia-Geral uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pela Companhia aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

### Plano de pagamento de remuneração variável (PPRV)

No primeiro semestre de 2008, na sequência da decisão do Conselho de Administração, a BES Seguros estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Este novo programa de incentivos consiste na atribuição do direito a receber uma remuneração variável que se encontra indexada à eventual valorização das acções BES entre a “data inicial de referência” e a “data final de referência”. Tal retribuição, em dinheiro, será apenas devida em caso de valorização das acções do BES.

O PPRV não é um plano de atribuição de acções ou de opções sobre a aquisição de acções, não sendo atribuídos aos beneficiários quaisquer direitos inerentes a uma participação no capital social do BES.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

Data inicial de referência	02-06-2008
Data final de referência	02-06-2011
Direitos atribuídos	10 500
Preço de referência	11
Taxa de juro	5,22%
Volatilidade	33,50%
Valor inicial do plano	30 930

O justo valor inicial do PPRV, no valor de 31 milhares de euros, está a ser reconhecido em custos com pessoal durante o período que medeia entre a data inicial de referência e a data final de referência (3 anos). Nesta base a BES Seguros reconheceu em custos com pessoal no exercício o valor de 10 milhares de euros. A variação do justo valor do benefício ao longo do prazo do programa é reconhecida em resultados.

O valor do passivo reconhecido no âmbito do programa é avaliado ao justo valor com referência ao final de cada mês.

## 2.12. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda

são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada. O Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC) é determinado com base em declaração de autoliquidação, elaborada de acordo com as normas fiscais vigentes, que fica sujeita a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, contados a partir do exercício a que respeitam. Não se esperam ajustamentos às declarações já entregues.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovada à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

### 2.13. Ajustamento de Recibos por Cobrar

O Ajustamento de Recibos por Cobrar é calculado com base no valor dos recibos de prémio que se encontram por cobrar no final do processo regular de cobrança. Sobre estes, é utilizada a taxa obtida através da análise efectuada aos recibos efectivamente cobrados.

### 2.14. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

### 2.15. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

### 2.16. Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

### 2.17. Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros define que os prémios de seguro directo sejam considerados, na sua totalidade, como proveitos no momento da emissão ou renovação da respectiva apólice. Define também que os sinistros sejam considerados no momento da sua participação. Assim, no final de cada exercício são realizadas determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como se segue:

#### Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

#### Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

#### Provisão para Prémios Não Adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método "Pro-rata temporis", por cada contrato em vigor, de acordo com a norma do ISP 19/1994-R de 6 de Dezembro com as alterações introduzidas pelas normas 3/1996-R de 18 de Janeiro e 4/1998-R de 16 de Março.

#### Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor dos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2009 e ainda não participados (IBNR) e os custos directos e indirectos associados com a regularização futura destes sinistros.

Esta provisão é calculada do seguinte modo:

- a) Com base na análise efectuada aos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.
- b) Pela aplicação de uma taxa, determinada individualmente para cada ramo através de estudos actuariais efectuados ao longo do exercício tendo por base as características específicas de cada um, ao valor dos custos do exercício relativos a sinistros declarados de cada ramo, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício, conforme Norma 4/1998-R de 16 de Março emitida pelo ISP.
- c) Pela projecção dos custos associados à regularização dos sinistros já encerrados, aplicada aos sinistros em curso e à estimativa de sinistros ocorridos e ainda não participados,

#### Provisão para Riscos em Curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte, sendo calculada em conformidade com os critérios estabelecidos pelo ISP.

## Provisão para Desvios de Sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Esta provisão foi constituída para o risco de fenómenos sísmicos, calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pelo ISP para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

## Provisão para Envelhecimento

A provisão para envelhecimento destina-se a fazer face ao valor actuarial dos compromissos da Companhia no ramo Doença após dedução do valor actuarial dos prémios futuros.

Esta provisão, é calculada tendo por base as previsões de permanência dos segurados em carteira (tabelas de mortalidade e estudo de anulações) e os níveis de sinistralidade.

## Provisões para o Resseguro Cedido

Nas provisões calculadas para o resseguro cedido foram utilizados os critérios acima mencionados para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, assim como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

### 2.18. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

### 2.19. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pela Companhia.

Durante os exercícios de 2009 e 2008, a Companhia não detinha acções próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida susceptíveis de originar o efeito de diluição.

### 2.20. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

## 3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o PCES requer

que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos.

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

### 3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer um julgamento (Nota 2.6. Imparidade).

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

### 3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

### 3.3. Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Seguradora, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da BES Seguros, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

### 3.4. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

### 3.5. Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contabilística, provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base vários pressupostos, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados.

## 4. Informação por Segmentos

### Segmento de negócio

A BES Seguros opera nos ramos “Não-Vida”. Para além de continuar a explorar os ramos “Riscos múltiplos habitação”, “Automóvel”, “Doença” e “Acidentes” no âmbito das autorizações concedidas pelo Instituto de Seguros de Portugal (adiante designado por ISP) para explorar os grupos de ramos “Seguro de Incêndio e Outros Danos”, “Seguro Automóvel” e “Acidentes e Doença”, em 2009 deu início à exploração do produto designado por “Protecção Salários”, no âmbito da autorização concedida pelo ISP para explorar a modalidade Acidentes Pessoais do ramo “Acidentes”.

A Companhia desenvolve a sua actividade em Portugal.

2009

## Conta de Ganhos e Perdas

	Acidentes e Doença		Incêndio e outros danos	Automóvel	Não Técnica	Total
	Acidentes Pessoais	Doença				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	107 858,01	26 877 739,43	20 090 773,82	13 411 411,11	-	60 487 782,37
Prémios brutos emitidos	8 074 701,14	28 253 743,57	21 797 560,18	15 276 891,65	-	73 402 896,54
Prémios de resseguro cedido	-7 949 034,43	-1 317 965,87	-1 707 192,91	-2 144 325,60	-	-13 118 518,81
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-4 175 838,02	-58 038,27	406,55	278 845,06	-	-3 954 624,68
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4 158 029,32	-	-	-	-	4 158 029,32
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	45 00-	23 587 756,96	10 621 912,54	8 727 136,74	-	42 981 806,24
Montantes pagos	-	23 820 868,38	9 332 434,63	9 410 350,47	-	42 563 653,48
Provisão para sinistros (variação)	45 00-	-233 111,42	1 289 477,91	-683 213,73	-	418 152,76
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-	262 116,48	154 167,37	643 405,41	-	1 059 689,26
Custos e gastos de exploração líquidos	-1 732 161,22	4 473 039,19	6 636 909,01	2 646 538,13	-	12 024 325,11
Custos de aquisição	1 690 373,27	4 073 877,88	5 175 556,89	2 090 584,98	-	13 030 393,02
Custos de aquisição diferidos (variação)	-929 545,30	-42 839,20	81,30	24 464,68	-	-947 838,52
Gastos administrativos	-	675 515,03	1 461 270,82	531 488,47	-	2 668 274,32
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-2 492 989,19	-233 514,52	-	-	-	-2 726 503,71
Rendimentos	-	427 826,98	445 236,22	1 964 784,85	422 827,54	3 260 675,59
Gastos financeiros	-	44 848,02	46 643,12	206 664,95	-	298 156,09
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	2 382,94	3 652,41	15 326,40	-	21 361,75
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	2 063,63	1 821,42	7 899,96	-	11 785,01
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	21 519,76	21 519,76
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-14 831,61	-14 831,61
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>1 795 019,23</b>	<b>-1 057 747,67</b>	<b>3 081 851,83</b>	<b>3 175 677,09</b>	<b>386 476,17</b>	<b>7 381 276,65</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	-	-	1 509 094,30	1 509 094,30
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	-	-	445 151,13	445 151,13
<b>Resultado Líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5 427 031,22</b>

2009

## Rubricas de Balanço

	Acidentes e Doença		Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
	Acidentes Pessoais	Doença				
<b>Activo</b>						-
Activos disponíveis para venda	15 106 343,23	9 154 585,52	10 649 537,14	42 026 955,11	52 785,47	76 990 206,47
Empréstimos e contas a receber	1 831 503,57	1 101 619,60	1 283 548,44	5 062 720,56	10 027 701,94	19 307 094,11
Investimentos a deter até à maturidade	-	1 100 580,45	1 276 733,54	5 065 019,03	-	7 442 333,02
Provisões técnicas de resseguro cedido	8 686 193,60	-	254 568,48	4 883 384,56	-	13 824 146,64
Outros	1 134 773,09	653 808,29	3 456 596,90	2 909 976,56	1 763 758,06	9 918 912,90
<b>Total Activo</b>	<b>26 758 813,48</b>	<b>12 010 593,87</b>	<b>16 920 984,50</b>	<b>59 948 055,82</b>	<b>11 844 245,47</b>	<b>127 482 693,14</b>
<b>Passivo</b>						
Provisões técnicas	17 089 096,33	10 213 126,15	11 907 768,38	46 911 201,51	-	86 121 192,37
Outros credores por operações de seguros e outras operações	1 840 936,19	2 689 599,35	81 519,64	315 437,51	244 122,67	5 171 615,36
Acréscimos e diferimentos	280 134,35	3 092 551,23	3 170 258,63	841 127,40	468 354,18	7 852 425,79
Outros	83 907,29	336 687,94	395 646,83	419 033,46	313 877,11	1 549 152,63
<b>Total Passivo</b>	<b>19 294 074,16</b>	<b>16 331 964,67</b>	<b>15 555 193,48</b>	<b>48 486 799,88</b>	<b>1 026 353,96</b>	<b>100 694 386,15</b>

2008

## Conta de Ganhos e Perdas

	Acidentes e Doença					Total
	Acidentes Pessoais	Doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Não Técnica	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	90,65	25 385 232,13	19 644 412,55	14 893 707,04	-	59 923 442,37
Prémios brutos emitidos	6 977 149,14	26 731 976,91	21 309 879,05	15 934 314,56	-	70 953 319,66
Prémios de resseguro cedido	-6 975 469,31	-1 198 958,98	-1 596 134,19	-2 090 438,08	-	-11 861 000,56
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-4 775 852,72	-147 785,80	-69 332,31	1 049 830,56	-	-3 943 140,27
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4 774 263,54	-	-	-	-	4 774 263,54
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2,48	22 687 448,33	8 645 756,34	10 782 452,86	-	42 115 660,01
Montantes pagos	2,48	22 168 336,91	8 765 184,02	9 419 385,62	-	40 352 909,03
Provisão para sinistros (variação)	-	519 111,42	-119 427,68	1 363 067,24	-	1 762 750,98
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-	766 372,53	136 433,39	58 588,26	-	961 394,18
Custos e gastos de exploração líquidos	-1 480 153,13	4 007 620,32	6 823 297,87	2 890 477,90	-	12 241 242,96
Custos de aquisição	1 256 766,82	3 805 440,57	5 434 634,47	2 191 811,64	-	12 688 653,50
Custos de aquisição diferidos (variação)	-941 103,06	-83 745,54	-13 866,44	157 158,95	-	-881 556,09
Gastos administrativos	-	507 695,50	1 402 529,84	541 507,31	-	2 451 732,65
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-1 795 816,89	-221 770,21	-	-	-	-2 017 587,10
Rendimentos	-	633 172,09	736 019,11	3 223 236,19	-	4 592 427,39
Gastos financeiros	-	42 612,87	49 203,72	215 359,13	-	307 175,72
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-60 107,69	-73 568,44	-317 734,60	-	-451 410,73
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	389 173,32	452 998,45	1 993 643,02	-	2 835 814,79
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	5 240,34	5 214,12	22 957,09	-	33 411,55
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	5 197,39	5 197,39
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-18 245,31	-18 245,31
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>1 480 241,30</b>	<b>-1 929 690,50</b>	<b>4 204 387,57</b>	<b>1 881 644,55</b>	<b>-23 442,70</b>	<b>5 613 140,22</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	-	-	2 089 231,83	2 089 231,83
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	-	-	-383 867,68	-383 867,68
<b>Resultado Líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3 907 776,07</b>

2008

## Rubricas de Balanço

	Acidentes e Doença					Total
	Acidentes Pessoais	Doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	
<b>Activo</b>						-
Activos disponíveis para venda	8 714 766,67	6 458 982,61	6 877 182,51	29 903 334,77	58 871,82	52 013 138,38
Empréstimos e contas a receber	3 132 762,54	2 395 608,78	2 561 284,35	11 145 546,42	10 058 675,83	29 293 877,92
Investimentos a deter até à maturidade	-	2 005 660,05	2 149 586,43	9 353 585,71	-	13 508 832,19
Provisões técnicas de resseguro cedido	6 449 944,65	-	654 538,73	4 935 248,66	-	12 039 732,04
Outros	437 554,56	3 355 619,52	1 543 959,65	1 469 802,59	2 046 970,75	8 853 907,07
<b>Total Activo</b>	<b>18 735 028,41</b>	<b>14 215 870,95</b>	<b>13 786 551,68</b>	<b>56 807 518,16</b>	<b>12 164 518,40</b>	<b>115 709 487,60</b>
<b>Passivo</b>						
Provisões técnicas	13 453 416,81	10 168 922,02	10 864 418,60	47 257 254,31	-	81 744 011,74
Outros credores por operações de seguros e outras operações	485 446,30	3 720 968,50	143 061,12	240 987,52	290 141,44	4 880 604,88
Acréscimos e diferimentos	193 438,07	2 594 191,47	794 046,22	524 107,57	321 263,34	4 427 046,67
Outros	43 444,59	455 099,59	390 036,74	396 388,39	930 260,83	2 215 230,14
<b>Total Passivo</b>	<b>14 175 745,77</b>	<b>16 939 181,58</b>	<b>12 191 562,68</b>	<b>48 418 737,79</b>	<b>1 541 665,61</b>	<b>93 266 893,43</b>

A repartição dos activos e passivos por segmentos é feita de acordo com o volume das carteiras de investimentos e passivos e provisões técnicas, respectivamente. O segmento "Outros" diz respeito aos activos e passivos não relacionados directamente com produtos.



## 5. PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

### Prémios líquidos de resseguro

Os prémios líquidos de resseguro são analisados como segue:

Rubricas	2009	2008
Prémios brutos emitidos	73 402 896,54	70 953 319,66
Prémios de resseguro cedido	-13 118 518,81	-11 861 000,56
Prémios líquidos de resseguro	60 284 377,73	59 092 319,10
Variação da provisão para prémios não adquiridos (líquida de resseguro)	203 404,64	831 123,27
<b>Prémios adquiridos líquidos de resseguro</b>	<b>60 487 782,37</b>	<b>59 923 442,37</b>

### Anexo 4 - Discriminação de alguns valores por ramos:

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro**
<b>Seguro Directo</b>					
Acidentes e Doença	36 328 444,71	32 094 568,42	24 227 471,84	5 467 381,68	-1 787 752,39
Incêndio e outros danos	21 797 560,18	21 797 966,73	10 429 866,08	6 636 909,01	-1 899 239,37
Automóvel					
Responsabilidade Civil	10 904 128,60	11 429 910,69	7 305 604,74	1 975 750,30	-1 887 052,55
Outras Coberturas	4 372 763,05	4 125 826,02	1 424 552,64	670 787,83	-254 252,41
<b>Total</b>	<b>73 402 896,54</b>	<b>69 448 271,86</b>	<b>43 387 495,30</b>	<b>14 750 828,82</b>	<b>-5 828 296,72</b>

\*Sem dedução da parte dos resseguradores

\*\* Saldo favorável aos Resseguradores

## 6. DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

Rubricas	2009	2008
<b>Seguro Directo</b>		
Montantes pagos	37 830 044,47	35 892 801,46
Custos imputados à função sinistros	5 246 745,62	5 031 539,78
Variação da provisão para sinistros	310 705,21	2 686 460,38
Sub-total	43 387 495,30	43 610 801,62
<b>Resseguro cedido</b>		
Montantes pagos	-513 136,61	-571 432,21
Variação da provisão para sinistros	107 447,55	-923 709,40
Sub-total	-405 689,06	-1 495 141,61
<b>Total</b>	<b>42 981 806,24</b>	<b>42 115 660,01</b>

## Anexo 3\*:

Ramos / Grupos de Ramos	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
<b>Seguro Directo</b>				
Acidentes e Doença	20 161 226,82	3 909 969,64	156 275,38	24 227 471,84
Incêndio e outros danos	8 852 535,63	687 822,79	889 507,66	10 429 866,08
Automóvel				
Responsabilidade Civil	7 689 132,57	466 272,89	-849 800,72	7 305 604,74
Outras Coberturas	1 127 149,45	182 680,30	114 722,89	1 424 552,64
<b>Total</b>	<b>37 830 044,47</b>	<b>5 246 745,62</b>	<b>310 705,21</b>	<b>43 387 495,30</b>

\*Sem dedução da parte dos resseguradores

O valor da variação da Provisão para Sinistros, apresentado acima, é líquido de reembolsos a receber no montante de 242 083,29€.

## 7. OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO

As outras provisões técnicas líquidas de resseguro são analisadas como segue:

Rubricas	2009	2008
Provisão para desvios de sinistralidade	154 167,37	136 433,39
Provisão para riscos em curso	905 521,89	824 960,79
<b>Total</b>	<b>1 059 689,26</b>	<b>961 394,18</b>

## 8. GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

### Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua função

#### Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

Rubricas	2009	2008
<b>Custos de Aquisição</b>		
Comissões por intermediação de produtos de seguro directo	9 202 706,82	8 342 991,96
Custos imputados à função aquisição (nota 11)	3 055 865,50	3 459 028,99
Outros	771 820,70	886 632,55
Sub-total	13 030 393,02	12 688 653,50
Custos de aquisição diferidos	-947 838,52	-881 556,09
Gastos Administrativos (nota 11)	2 668 274,32	2 451 732,65
Comissões de resseguro	-2 270 041,56	-1 521 723,27
Participação nos resultados de resseguro	-456 462,15	-495 863,83
Sub-total	-2 726 503,71	-2 017 587,10
<b>Total</b>	<b>12 024 325,11</b>	<b>12 241 242,96</b>

## 9. RENDIMENTOS / RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

### Rendimentos por categoria de investimento

Os rendimentos por categoria dos activos financeiros são analisados como segue:

Rubricas	2009	2008
Rendimentos de Juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de activos disponíveis para venda	2 036 139,59	2 518 353,01
de activos detidos até à maturidade	500 383,25	723 154,23
de empréstimos concedidos e contas a receber	422 825,85	58 675,83
de depósitos em instituições de crédito	301 326,90	1 292 244,32
<b>Total</b>	<b>3 260 675,59</b>	<b>4 592 427,39</b>

## 10. GASTOS FINANCEIROS

A rubrica de gastos financeiros diz respeito aos custos imputados à função investimentos (nota 11).

## 11. ANÁLISE DOS GASTOS USANDO UMA CLASSIFICAÇÃO BASEADA NA SUA NATUREZA

Os custos por natureza imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e gestão de investimentos resumem-se como segue:

Rubricas	2009	2008
Custos de Gestão de Sinistros (nota 6)	-5 246 745,62	-5 031 539,78
Custos de Aquisição (nota 8)	-3 055 865,50	-3 459 028,99
Gastos Administrativos (nota 8)	-2 668 274,32	-2 451 732,65
Gastos de Investimentos (nota 10)	-298 156,09	-307 175,72
<b>Total</b>	<b>-11 269 041,53</b>	<b>-11 249 477,14</b>

A sua desagregação por natureza é analisada como segue:

Rubricas	2009	2008
Gastos com o pessoal	2 560 352,91	2 694 555,24
Fornecimentos e serviços externos	8 279 691,83	8 036 688,39
Impostos e taxas	261 267,68	269 254,28
Depreciações e amortizações do exercício (notas 24 e 25)	268 374,70	223 220,00
Outras provisões (nota 33)	-190 785,84	-139 871,47
Juros suportados	0,00	12,18
Comissões	90 140,25	75 618,52
Outros	0,00	90 000,00
<b>Total</b>	<b>11 269 041,53</b>	<b>11 249 477,14</b>

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como segue:

Contas	2009	2008
Electricidade	20 575,02	17 895,24
Combustíveis	11 297,55	8 997,56
Água	0,00	1 000,00
Impressos	142 148,65	165 341,93
Material Escritório	11 821,41	16 426,25
Livros e Documentação Técnica	587,93	642,60
Artigos para Oferta	2 662,20	11 441,64
Conservação e Reparação	240 912,23	212 161,93
Rendas e Aluguers	591 127,58	622 153,59
Despesas Representação	3 163,67	3 472,64
Comunicação	460 977,88	421 137,06
Deslocações e Estadas	27 691,98	44 923,82
Seguros	16 096,01	3 434,78
Gastos c/Trabalho Independente	16 999,27	14 933,52
Publicidade e Propaganda	220 136,68	280 593,00
Limpeza, Higiene e Conforto	32 604,59	31 770,16
Contencioso e Notariado	97,00	895,71
Vigilância e Segurança	6 601,23	7 125,41
Trabalhos Especializados	6 329 773,18	6 031 563,28
Quotizações(Actividade)	49 742,49	51 467,73
Despesas de Condomínio	43 937,28	46 763,12
Reuniões e Seminários	197,46	0,00
D.Banc-Comissões TRF	34 789,39	30 807,03
Outr. Fornec. e Serviços	15 751,15	11 740,39
<b>Total</b>	<b>8 279 691,83</b>	<b>8 036 688,39</b>

A rubrica de trabalhos especializados inclui o montante de 3 289 milhares de Euros, respeitante a gestão dos sinistros dos contratos de seguro de doença (3 212 milhares de Euros em 2008).

## Gastos com pessoal

### Número médio de trabalhadores

Durante o exercício de 2009 o número médio de Colaboradores pertencentes ao quadro efectivo ao serviço da Companhia, por categorias profissionais, foi o seguinte:

Categoria Profissional	Nº médio de colaboradores	
	2009	2008
Direcção	3	3
Quadro Técnico	18	19
Chefe de Secção / Serviços	6	5
Sub-chefe de Secção	0	1
Regularizador Sinistros	14	12
Secretária	0	1
Escriturário	4	6
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>47</b>

## Despesas com o pessoal

O montante das despesas com o pessoal no exercício foi o seguinte:

Rubricas	2009	2008
Remunerações		
dos órgãos sociais	207 437,21	246 992,38
do pessoal	1 841 960,49	1 751 536,04
Encargos sobre remunerações	370 559,99	365 502,39
Benefícios pós-emprego		
Planos de benefícios definidos	-22 842,66	138 000,00
Benefícios de cessação de emprego	8 232,76	7 698,93
Seguros obrigatórios	30 071,95	31 505,18
Gastos de acção social	76 266,97	111 878,64
Outros gastos com pessoal	48 666,20	41 441,68
<b>Total</b>	<b>2 560 352,91</b>	<b>2 694 555,24</b>

## Órgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

O montante das despesas com os órgãos sociais no exercício foi o seguinte:

Rubricas	2009	2008
Remunerações		
remuneração mensal	140 260,01	156 432,94
subsídio de férias	12 531,90	11 287,34
subsídio de natal	12 098,50	12 172,10
gratificações a título de participação nos resultados	36 500,00	67 100,00
outras	6 046,80	0,00
Encargos sobre remunerações	8 506,04	9 231,44
Benefícios pós-emprego		
Planos de benefícios definidos	-7 174,77	90 781,75
Benefícios de cessação de emprego	8 232,76	7 698,93
<b>Total</b>	<b>217 001,24</b>	<b>354 704,50</b>

Dando cumprimento à Lei 28/2009 de 19 de Junho, as remunerações pagas individualmente aos membros dos órgãos sociais foram as seguintes:

Exercício de 2009				
Nome	Órgão Social	Remunerações fixas	Remunerações Variáveis e Outros Benefícios	Remunerações Totais pagas aos Órgãos Sociais
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha	Conselho de Administração	54 964	-	54 964
Michel Joseph Paul Goutorbe	Conselho de Administração	28 000	15 400	43 400
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Conselho de Administração	21 910	15 045	36 955
Olivier Ronan Melennec	Conselho de Administração	27 073	14 601	41 674
José Manuel Ruivo da Pena	Conselho Fiscal	21 000	-	21 000
José Maria Ribeiro da Cunha	Conselho Fiscal	16 800	-	16 800
<b>Total</b>		<b>169 747</b>	<b>45 046</b>	<b>214 793</b>

Exercício de 2008				
Nome	Órgão Social	Remunerações fixas	Remunerações Variáveis e Outros Benefícios	Remunerações Totais pagas aos Órgãos Sociais
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha	Conselho de Administração	54 403	0	54 403
Michel Joseph Paul Goutorbe	Conselho de Administração	28 000	7 500	35 500
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Conselho de Administração	17 440	0	17 440
Olivier Ronan Melennec	Conselho de Administração	21 792	0	21 792
Patrick Gerard Daniel Coudène	Conselho de Administração	0	18 000	18 000
Augusto Tomé Pires Pedroso	Conselho de Administração	13 458	44 100	57 558
Dominique Jacques Marie Berthou	Conselho de Administração	4 470	22 500	26 970
José Manuel Ruivo da Pena	Conselho Fiscal	21 000	0	21 000
José Maria Ribeiro da Cunha	Conselho Fiscal	16 800	0	16 800
<b>Total</b>		<b>177 363</b>	<b>92 100</b>	<b>269 463</b>

Patrick Coudène – deixou de exercer funções em 4 de Julho de 2007, por renúncia ao mandato, sendo a remuneração paga em 2008 referente ao exercício de 2007.

Dominique Berthou – deixou de exercer funções em 28 de Março de 2008, por termo do mandato.

Os restantes membros dos órgãos sociais não referidos no quadro acima, não auferiram qualquer remuneração nos exercícios em causa.

## 12. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

### Pensões de reforma, plano de benefício definido

Conforme referido na Nota 2.10., a Companhia estabeleceu planos de benefícios definidos para os seus colaboradores, estando abrangidos quer por pré-reforma, por morte, velhice e invalidez.

A avaliação actuarial dos benefícios por pensões de reforma é efectuada anualmente, tendo a última sido elaborada com data de referência a 31 de Dezembro de 2009.

Os principais pressupostos considerados nos estudos actuariais, para 31 de Dezembro de 2009 e 2008, utilizados para determinar o valor actualizado das pensões para os colaboradores são os seguintes:

	2009	2008
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	3,25% - 3,75% (*)	3,5% - 4% (*)
Taxa de crescimento das pensões	1% - 3,75% (*)	1,25% - 4% (*)
Taxas de rendimento do fundo	5,48% (*) - 5,90%	5,75%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	2,25% - 3,75% (*)	2,5% - 4% (*)
Taxa de desconto	5,50%	5,75%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização actuarial	Project Unit Credit Method	

(\*) Relativo a responsabilidades com Administradores

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11., a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os participantes no Fundo são desagregados da seguinte forma:

	2009	2008
Activos	12	14
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>14</b>

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	2009	2008
Activos/ (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades em 31 de Dezembro	-261 419	-277 150
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	277 162	231 342
Activos/ (passivos) a receber/entregar ao fundo	15 743	-45 808
Desvios actuariais diferidos em 31 Dezembro	-315 886	-251 031
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço em 31 de Dezembro	-300 143	-296 839

As responsabilidades em balanço encontram-se reflectidas na rubrica de Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma pode ser analisada como segue:

	2009	2008
<b>Responsabilidades em 1 de Janeiro</b>	<b>277 150</b>	<b>696 792</b>
Custo do serviço corrente	37 491	84 000
Custo dos juros	15 534	16 000
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	-61 057	-261 642
Benefícios pagos pela Companhia	-7 699	-14 000
Transferência de outros fundos	0	-244 000
<b>Responsabilidades em 31 de Dezembro</b>	<b>261 419</b>	<b>277 150</b>

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2009 e 2008 pode ser analisada como segue:

	2009	2008
<b>Saldo do fundo em 1 de Janeiro</b>	<b>231 342</b>	<b>271 000</b>
Rendimento real do fundo		
Rendimento esperado do fundo	12 884	15 745
Ganhos e perdas actuariais	9 482	-37 626
Contribuições pagas pelos participantes do fundo	23 454	226 223
Transferência de outros fundos	0	-244 000
<b>Saldo do fundo em 31 de Dezembro</b>	<b>277 162</b>	<b>231 342</b>

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

	2009	2008
<b>Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro</b>	<b>-251 031</b>	<b>-28 849</b>
(Ganhos) e perdas actuariais		
- outros	-6 341	0
- nas responsabilidades	-61 057	-261 642
- nos activos do plano	-9 482	37 626
Amortização do exercício	12 025	1 834
<b>Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro</b>	<b>-315 886</b>	<b>-251 031</b>
Dos quais:		
Dentro do corredor	-27 716	-27 715
Fora do corredor	-288 170	-223 316

A evolução dos activos a receber/passivos a entregar durante 2009 e 2008, pode ser analisada como segue:

	2009	2008
<b>(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 1 de Janeiro</b>	<b>45 808</b>	<b>425 792</b>
Ganhos e perdas actuariais das responsabilidades	-61 057	-261 642
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	-9 482	37 626
Encargos do ano:		
Custo do serviço corrente	37 491	84 000
Custo dos juros	15 534	16 000
Rendimento esperado do fundo	-12 884	-15 745
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	-31 153	-240 223
<b>(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 31 de Dezembro</b>	<b>-15 743</b>	<b>45 808</b>



Os custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	2009	2008
Custo do serviço corrente	37 491	84 000
Custo dos juros	15 534	16 000
Rendimento esperado do fundo	-12 884	-15 745
Amortização do exercício	-12 025	-1 834
<b>Custos do exercício</b>	<b>28 116</b>	<b>82 421</b>

A evolução dos activos/(responsabilidades) em balanço pode ser analisada como segue:

	2009	2008
Em 1 de Janeiro	-296 839	-454 641
Custo do exercício	-28 116	-82 421
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	31 153	240 223
Outros	-6 341	0
<b>Em 31 de Dezembro</b>	<b>-300 143</b>	<b>-296 839</b>

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	2009	2008
Terrenos e edifícios	8 095 835	8 190 983
Activos da entidade gestora ou de sociedades relacionadas	4 186 505	5 595 546
Ações e outros títulos de rendimento variável	17 978 682	9 565 303
Títulos de rendimento fixo	29 892 998	25 946 301
Depósitos em instituições de crédito	2 133 485	8 983 056
Devedores e credores do fundo	-564 629	21 904
Juros a receber	440 654	757 643
<b>Total</b>	<b>62 163 530</b>	<b>59 060 737</b>

Os montantes acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões Tranquilidade, do qual a BES Seguros representa apenas cerca de 0,45% do total do fundo.

A Companhia não utiliza activos do fundo de pensões. O fundo não detém títulos emitidos por entidades da Companhia.

A evolução das responsabilidades e saldos dos fundos nos últimos 5 anos podem ser analisados como segue:

	2009	2008	2007	2006	2005
Responsabilidades	-261 419	-277 150	-696 792	-566 186	-213 000
Saldo dos fundos	277 162	231 342	271 000	139 000	213 000
<b>Responsabilidades (sub)/sobre financiadas</b>	<b>15 743</b>	<b>-45 808</b>	<b>-425 792</b>	<b>-427 186</b>	<b>-</b>
(Ganhos)/perdas actuariais decorrentes das responsabilidades	-61 057	-261 642	-17 000	8 000	3 000
(Ganhos)/perdas actuariais decorrentes dos fundos	9 482	37 626	-7 000	9 000	-

### 13. GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

#### Ganhos e perdas realizados em investimentos

Indicação, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas realizados por via da respectiva alienação:

Rubricas	2009			2008		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
De activos disponíveis para venda	0,00	26 026,92	-26 026,92	89 597,69	634 308,68	-544 710,99
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>26 026,92</b>	<b>-26 026,92</b>	<b>89 597,69</b>	<b>634 308,68</b>	<b>-544 710,99</b>

#### Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Indicação, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor:

Rubricas	2009			2008		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
De activos disponíveis para venda	130 749,75	126 596,15	4 153,60	52 224,16	28 410,42	23 813,74
De investimentos a deter até à maturidade	47 174,79	3 939,72	43 235,07	78 656,45	9 169,93	69 486,52
<b>Total</b>	<b>177 924,54</b>	<b>130 535,87</b>	<b>47 388,67</b>	<b>130 880,61</b>	<b>37 580,35</b>	<b>93 300,26</b>

### 14. PERDAS DE IMPARIDADE (LÍQUIDAS REVERSÃO)

As perdas de imparidade líquidas de reversão de activos disponíveis para venda, são analisadas como segue:

Rubricas	2009	2008
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	- 1 427 099,70	
Acções	- 1 408 715,09	
<b>Total</b>	<b>- 2 835 814,79</b>	

### 15. OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os outros rendimentos e gastos são analisados como segue:

Rubricas	2009		2008	
	Técnica	Não Técnica	Técnica	Não Técnica
Outros juros	11 785,01	-232,83	33 416,32	2 840,70
Outros rendimentos/(gastos)	0,00	-14 598,78	-4,77	-21 086,01
<b>Total</b>	<b>11 785,01</b>	<b>-14 831,61</b>	<b>33 411,55</b>	<b>-18 245,31</b>

## 16. AJUSTAMENTOS E OUTRAS PROVISÕES

Os ajustamentos de recibos por cobrar, são analisados como segue:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
490-Ajustamentos de Recibos por Cobrar				
4903-De Outros Tomadores de Seguro	95 948,02	21 519,76	0,00	117 467,78
<b>Total</b>	<b>95 948,02</b>	<b>21 519,76</b>	<b>0,00</b>	<b>117 467,78</b>

## 17. CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é analisado como segue:

Rubricas	2009	2008
Numerário	1 000,00	1 000,00
Depósitos bancários imediatos mobilizáveis	2 800 706,33	3 126 561,01
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>2 801 706,33</b>	<b>3 127 561,01</b>

## 18. INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - ANEXO 1

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário	Total
2 Outros							
2.1 Títulos Nacionais							
2.1.1 Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 Acções							
AdvanceCare, S.A.	1	5,00		5,00	5,00	7,17	7,17
ES Contact Center, S.A.	43 750	1,00		1,00	43 750,00	1,20	52 378,30
Sub-total	43 751				43 755,00		52 385,47
2.1.1.4 Outros							
Anadyr, Lda	1			1,00	200,00	1,00	200,00
Whyalla, Lda	1			1,00	200,00	1,00	200,00
Sub-total	2				400,00		400,00
Total	43 753				44 155,00		52 785,47
2.1.2 Títulos de dívida							
2.1.2.1 De dívida pública							
O.Tesouro - OT 5,15% Jun/2011	824 500 000	0,01	100,40	0,01	8 277 885,37	0,01	8 520 411,10
O.Tesouro - PORTUGUESE OT 4.75% 14/06/19	300 000 000	0,01	99,97	0,01	2 998 980,00	0,01	3 231 232,19
O.Tesouro - OT 5.45% 09/23/13	300 000 000	0,01	107,89	0,01	3 236 740,56	0,01	3 328 296,58
O.Tesouro - OT 3.6% 15/10/2014	200 000 000	0,01	100,11	0,01	2 002 176,36	0,01	2 058 289,04
Sub-total	1 624 500 000				16 515 782,29		17 138 228,91
2.1.2.3 De outros emissores							
Obrigações - BESLEASING FACTORING 22/11/2010	26 000	50,00	100,00	50,00	1 300 000,00	50,09	1 302 314,94
Obrigações - OBRIGACOES HIPOTECARIAS 21/07/10	60	50 000,00	99,78	49 892,00	2 993 520,00	52 115,58	3 126 934,93
Obrigações - BANCO BPI 5.75 05/08/2010	40	50 000,00	100,85	50 425,00	2 017 000,00	52 141,75	2 085 670,14
Obrigações - CAIXA GERAL DEPO 12/12/2011	12	50 000,00	102,75	51 375,00	616 500,00	51 644,36	619 732,27
Obrigações - BANCO ESPIRITO SANTO SA 05/06/14	40	50 000,00	99,53	49 766,50	1 990 660,00	55 137,55	2 205 502,01
Obrigações - CAIXA GER DE DEP 13/05/2013	20	50 000,00	103,60	51 800,00	1 036 000,00	53 456,73	1 069 134,54
Obrigações - ESPIRITO SANTO FIN GRP 21/10/19	10	100 000,00	99,79	99 791,00	997 910,00	104 263,35	1 042 633,49
Obrigações - BES VIDA SUBORDINADA PERPETUA	200	50 000,00	100,00	50 000,00	10 000 000,00	50 138,51	10 027 701,94
Sub-total	26 382				20 951 590,00		21 479 624,26
Total	1 624 526 382				37 467 372,29		38 617 853,17
2.2 Títulos Estrangeiros							
2.2.2 Títulos de dívida							
2.2.2.1 De dívida pública							
Obrigações - GREECE 3.8% 20/03/2011	3 000	1 000,00	97,01	970,12	2 910 349,08	1 029,33	3 087 976,03
Obrigações - TREASURY 4% 2011 4%11/11/2011	200 000 000	0,01	104,12	0,01	2 082 330,00	0,01	2 080 558,90
Obrigações - FRENCH T NOTE 1.5%12/09/2011	1 000 000	1,00	100,08	1,00	1 000 820,00	1,01	1 008 770,55
Obrigações - BUONI POLIENNALI DEL TES01/09/11	2 000	1 000,00	104,97	1 049,72	2 099 430,00	1 057,96	2 115 911,58
Sub-total	201 005 000				8 092 929,08		8 293 217,06
2.2.2.3 De outros emissores							
Obrigações - ERICSSON L M TEL 27/06/2014	1 400	1 000,00	100,02	1 000,18	1 400 246,90	956,86	1 339 598,32
Obrigações - SVENSKA HANDELSBANKEN PERPETUAL	2 000	1 000,00	100,30	1 003,00	2 006 004,00	790,22	1 580 448,44
Obrigações - DEUTSCHE TELEKOM INT 28/03/2012	2 000	1 000,00	100,11	1 001,09	2 002 176,36	993,58	1 987 164,33
Obrigações - TELECOM ITALIA FINANCE 12/06/12	100	50 000,00	100,87	50 435,67	5 043 567,00	49 321,67	4 932 166,67
Obrigações - CAPITALIA SPA 23/06/2015	4 000	1 000,00	100,90	1 009,01	4 036 056,00	940,36	3 761 430,22
Obrigações - BBVA CAPITAL UNIPERS 23/05/2017	20	100 000,00	100,35	100 350,40	2 007 008,00	93 857,14	1 877 142,78
Obrigações - HSBC FINANCE CORP 05/04/2013	3 000	1 000,00	100,05	1 000,53	3 001 581,19	949,93	2 849 779,00
Obrigações - SANTANDER ISSUANCES 23/03/2017	25	50 000,00	99,95	49 974,75	1 249 368,75	47 073,16	1 176 828,89
Obrigações - BANK OF CYPRUS 28/06/2010	1 000	1 000,00	100,16	1 001,60	1 001 599,20	987,21	987 205,50
Obrigações - FRANCE TELECOM 09/06/2010	60	50 000,00	99,45	49 724,25	2 983 455,00	49 879,55	2 992 772,83
Obrigações - BELGELEC FINANCE SA 03/05/2011	40	50 000,00	99,45	49 724,25	1 988 970,00	49 268,07	1 970 722,78
Obrigações - CAGRICOLE 6% 24/06/2013	50	50 000,00	100,27	50 135,07	2 506 753,50	56 650,14	2 832 507,19
Obrigações - ENDESA CAPITAL SA 22/11/2011	60	50 000,00	98,61	49 302,91	2 958 174,54	49 298,48	2 957 908,75
Obrigações - EDP FINANCE 14/06/2010	3 000	1 000,00	99,63	996,29	2 988 865,80	998,72	2 996 154,00
Obrigações - BCP FINANCE BANK LTD 06/04/2010	30	50 000,00	98,05	49 022,85	1 470 685,50	50 064,75	1 501 942,58
Obrigações - SHELL INTERNATIONAL FIN 14/05/13	1 000	1 000,00	99,92	999,24	999 244,50	1 040,44	1 040 440,74
Obrigações - CREDIT AGRICOLE SA 5.875%11/06/2019	100	50 000,00	100,17	50 084,97	5 008 497,00	56 054,73	5 605 473,29
Obrigações - CRED AGRICOLE COV BOND 21/07/14	30	50 000,00	99,88	49 940,00	1 498 200,00	51 757,51	1 552 725,21
Obrigações - PFIZER INC 3.625%03/06/2013	20	50 000,00	102,54	51 268,00	1 025 360,00	52 683,14	1 053 662,88
Obrigações - SANOFI-AVENTIS 3.125%10/10/2014	500	1 000,00	99,88	998,83	499 415,00	1 018,87	509 434,66
Obrigações - CREDIT AGRICOLE27/04/12	20	100 000,00	99,65	99 651,50	1 993 030,00	99 543,83	1 990 876,67
Sub-total	18 455				47 668 258,24		47 496 385,73
Total	201 023 455				55 761 187,32		55 789 602,79
2.3 Derivados de negociação							
CALL BES (Deal EQO 2394)	10 500			2,95	30 930,04	0,08	827,74
Sub-total	10 500				30 930,04		827,74
<b>3 - TOTAL GERAL</b>	<b>1 825 604 090</b>				<b>93 303 644,65</b>		<b>94 461 069,17</b>

## 19. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 são analisados como segue:

Rubricas	2009		2008	
	Nocional	Justo Valor	Nocional	Justo Valor
Contratos sobre acções/índices				
Equity/Index Options	115 500,00	827,74	115 500,00	1 704,76
<b>Total</b>	<b>115 500,00</b>	<b>827,74</b>	<b>115 500,00</b>	<b>1 704,76</b>

## 20. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisado como segue:

Rubricas	Custo Amortizado <sup>(1)</sup>	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	17 672 039,92	322 061,41	-4 988,38	-	17 989 112,95
De outros emissores	59 205 109,24	1 044 446,62	-1 301 247,81	-	58 948 308,05
Acções	48 161,61	4 223,86	-	-	52 385,47
Outros títulos	400,00	-	-	-	400,00
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>76 925 710,77</b>	<b>1 370 731,89</b>	<b>-1 306 236,19</b>	<b>-</b>	<b>76 990 206,47</b>

(1) Ou custo de aquisição no caso de acções e outros títulos de rendimento variável.

Rubricas	Custo Amortizado <sup>(1)</sup>	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De outros emissores	56 373 006,12	334 731,61	-3 326 371,47	-1 427 099,70	51 954 266,56
Acções	48 161,61	10 310,21	0,00	0,00	58 471,82
Outros títulos	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>56 421 567,73</b>	<b>345 041,82</b>	<b>-3 326 371,47</b>	<b>-1 427 099,70</b>	<b>52 013 138,38</b>

(1) Ou custo de aquisição no caso de acções e outros títulos de rendimento variável.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como segue:

Rubricas	2009	2008
Rubricas	2009	2008
Saldo em 1 de Janeiro	1 427 099,70	224 043,50
Dotações do exercício	0,00	2 835 814,79
Vendas no exercício	-1 427 099,70	-1 632 758,59
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>0,00</b>	<b>1 427 099,70</b>

O escalonamento dos activos financeiros disponíveis para a venda por prazos de vencimento é como segue:

Rubricas	2009	2008
Até 3 meses	147 976,87	283 518,82
De 3 meses a um ano	15 583 362,83	9 066 072,74
De um a cinco anos	43 189 608,60	33 521 065,00
Mais de cinco anos	18 016 472,70	9 083 610,00
Duração indeterminada	52 785,47	58 871,82
<b>Total</b>	<b>76 990 206,47</b>	<b>52 013 138,38</b>

## 21. NÍVEIS HIERÁRQUICOS DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR

De acordo com o IFRS 7, os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros disponíveis para venda, podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – quando são valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por *providers*;

Nível 2 – quando são valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – quando são valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

O escalonamento dos activos financeiros detidos para negociação e dos activos financeiros disponíveis para venda, por níveis hierárquicos, é analisado da seguinte forma:

Rubricas	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos Financeiros detidos para negociação	0,00	827,74	0,00	827,74
Activos disponíveis para venda	75 635 106,06	1 355 100,41	0,00	76 990 206,47
<b>Total em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>75 635 106,06</b>	<b>1 355 928,15</b>	<b>0,00</b>	<b>76 991 034,21</b>

Rubricas	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos Financeiros detidos para negociação	0,00	1 704,76	0,00	1 704,76
Activos disponíveis para venda	50 647 482,62	1 365 655,76	0,00	52 013 138,38
<b>Total em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>50 647 482,62</b>	<b>1 367 360,52</b>	<b>0,00</b>	<b>52 014 843,14</b>

## 22. EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A rubrica de empréstimos e contas a receber é analisada como segue:

Rubricas	2009	2008
Outros depósitos - capital	9 257 638,26	19 093 585,79
Outros depósitos - Juro decorrido	21 753,91	141 616,30
Sub-Total	9 279 392,17	19 235 202,09
Empréstimos Concedidos - capital	10 000 000,00	10 000 000,00
Empréstimos Concedidos - Juro decorrido	27 701,94	58 675,83
Sub-Total	10 027 701,94	10 058 675,83
<b>Total</b>	<b>19 307 094,11</b>	<b>29 293 877,92</b>

## 23. INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

Os investimentos detidos até à maturidade podem ser analisados como segue:

Rubricas	2009	2008
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
Títulos de dívida pública - capital	7 238 907,31	13 195 672,24
Títulos de dívida pública - juro decorrido	203 425,71	313 159,95
<b>Valor de balanço</b>	<b>7 442 333,02</b>	<b>13 508 832,19</b>
Justo valor	7 810 675,71	14 008 495,20

Em 31 de Dezembro de 2009, a maturidade dos activos da carteira a deter até à maturidade é de 6 meses a um ano e meio.



## 24. OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisado como segue:

Rubricas	Saldo inicial		Aumentos			Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (Valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações	Transferências e abates		Reforço	Regularizações	
ACTIVOS TANGÍVEIS									
Equipamento administrativo	272 454,84	102 400,73	-	-	-	-	31 241,13	-	138 812,98
Máquinas e ferramentas	59 188,67	42 409,56	-	-	-	-	3 104,65	-	13 674,46
Equipamento informático-Hardware	964 746,33	919 356,15	171 066,51	-	-	-	72 724,51	-	143 732,18
Instalações interiores	270 353,84	174 821,11	-	-	-	-	22 773,10	-	72 759,63
Outros activos tangíveis	33 998,85	17 240,94	-	-	-	-	3 156,97	-	13 600,94
<b>Total</b>	<b>1 600 742,53</b>	<b>1 256 228,49</b>	<b>171 066,51</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>133 000,36</b>	<b>-</b>	<b>382 580,19</b>

O modelo de valorização aplicado aos activos tangíveis foi especificado no ponto 2.8.

Durante os exercícios de 2009 e 2008 não foram registadas quaisquer perdas por imparidade nos activos tangíveis.

## 25. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisado como segue:

Rubricas	Saldo inicial		Aumentos			Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (Valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações	Transferências e abates		Reforço	Regularizações	
ACTIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas de investigação e desenvolvimento	20 215,66	11 175,55	-	-	-	-	6 738,57	-	2 301,54
Despesas em edifícios arrendados	650 596,01	162 530,05	-	-	-	-	65 059,61	-	423 006,35
Software	8 173 302,76	8 098 344,87	106 490,51	-	-360 793,02	-	63 550,49	-360 793,02	117 897,91
Patentes, Marcas e Alvarás	-	-	385,00	-	-	-	25,67	-	359,33
Imobilizações em curso	-	-	851 391,00	-	-	-	-	-	851 391,00
<b>Total</b>	<b>8 844 114,43</b>	<b>8 272 050,47</b>	<b>958 266,51</b>	<b>-</b>	<b>-360 793,02</b>	<b>-</b>	<b>135 374,34</b>	<b>-360 793,02</b>	<b>1 394 956,13</b>

O modelo de valorização aplicado aos activos intangíveis foi especificado no ponto 2.9.

## 26. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS COM SINISTROS

### Provisões técnicas

As provisões técnicas de seguro directo e resseguro cedido são analisadas como segue:

Rubricas	Montante	Custos de aquisição diferidos	Valor de Balanço 2009	Valor de Balanço 2008
Provisão para prémios não adquiridos				
De seguro directo	38 237 769,33	-6 177 335,93	32 060 433,40	29 053 647,24
De resseguro cedido	-19 528 877,07	11 366 572,39	-8 162 304,68	-6 270 442,53
Provisão para sinistros				
De seguro directo	49 430 922,74	-	49 430 922,74	49 120 217,53
De resseguro cedido	-5 661 841,96	-	-5 661 841,96	-5 769 289,51
Provisão para desvios de sinistralidade	889 816,67	-	889 816,67	735 649,30
Provisão para riscos em curso	2 198 518,28	-	2 198 518,28	1 292 996,39
Provisão para envelhecimento	1 541 501,28	-	1 541 501,28	1 541 501,28

A provisão para sinistros inclui uma provisão de 17 507 706 euros (em 2008: 16 306 465 euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2009 e ainda não participados ou insuficientemente conhecidos. Adicionalmente, inclui uma estimativa de 1 833 518 euros (em 2008: 1 322 366 euros) de encargos futuros de gestão associados à regularização de sinistros pendentes e aos não declarados até 31 de Dezembro de 2009.

## Desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos

A evolução das provisões para sinistros é apresentada como segue:

	Evolução das Provisões para Sinistros									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Estimativa inicial dos custos com sinistros	3 430 842,68	5 996 108,80	11 347 898,08	15 766 439,20	24 181 356,16	33 194 609,00	40 196 442,68	46 433 757,15	49 120 217,53	49 430 922,74
Pagamentos acumulados										
Um ano depois	3 090 172,02	4 183 986,74	6 898 864,37	6 617 499,50	7 762 984,63	9 661 720,03	10 287 552,81	10 086 380,05	9 558 170,40	
Dois anos depois	3 351 944,75	5 653 232,38	7 888 304,70	7 721 879,34	10 226 436,77	12 747 913,61	13 694 423,26	12 917 489,46		
Três anos depois	4 284 395,49	6 022 901,07	8 472 969,89	9 284 472,03	12 582 409,96	15 207 136,15	15 670 305,83			
Quatro anos depois	4 313 521,55	6 453 208,49	9 122 963,91	10 711 490,90	14 340 560,68	16 739 019,27				
Cinco anos depois	4 643 423,49	6 596 726,25	10 294 419,27	12 042 765,53	15 590 991,80					
Seis anos depois	4 731 898,10	6 968 892,59	11 229 080,13	12 938 487,08						
Sete anos depois	4 821 022,42	7 205 652,70	11 606 767,25							
Oito anos depois	4 883 900,12	7 295 011,15								
Nove anos depois	4 884 247,23									
Estimativa final dos custos com sinistros										
Um ano depois	4 200 578,76	6 902 816,57	11 976 212,56	17 068 200,72	25 570 425,81	32 818 585,87	40 356 540,37	45 126 157,26	44 864 762,03	
Dois anos depois	4 386 242,33	7 303 201,07	13 773 651,82	18 465 837,86	25 699 678,60	33 246 379,16	38 828 791,02	40 885 913,42		
Três anos depois	4 874 923,11	8 471 712,04	15 218 181,22	18 722 499,09	26 012 398,05	32 225 745,18	36 033 464,21			
Quatro anos depois	5 064 070,22	8 798 499,81	15 159 577,84	18 954 978,25	25 320 589,07	29 867 033,47				
Cinco anos depois	5 201 073,79	8 622 252,61	15 243 219,03	18 530 822,65	23 289 001,49					
Seis anos depois	5 191 771,10	8 566 477,63	14 903 392,27	17 265 396,00						
Sete anos depois	5 239 426,30	8 535 982,52	14 545 839,88							
Oito anos depois	5 150 033,16	8 267 541,06								
Nove anos depois	5 148 508,17									
<b>Excedente/(défice) acumulado</b>	<b>-1 717 665,49</b>	<b>-2 271 432,26</b>	<b>-3 197 941,80</b>	<b>-1 498 956,80</b>	<b>892 354,67</b>	<b>3 327 575,53</b>	<b>4 162 978,47</b>	<b>5 547 843,73</b>	<b>4 255 455,50</b>	

Anexo 2:

Rubricas	Provisão para sinistros em 31/12/2008 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2009 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes e Doença	4 968 499,25	3 164 826,55	2 229 705,26	426 032,56
Incêndio e outros danos	3 318 550,98	2 057 200,21	530 747,87	-730 602,90
Automóvel				
Responsabilidade Civil	39 988 997,98	4 123 085,28	32 232 366,63	-3 633 546,07
Outras Coberturas	844 169,32	213 058,36	313 771,87	-317 339,09
<b>Total Geral</b>	<b>49 120 217,53</b>	<b>9 558 170,40</b>	<b>35 306 591,63</b>	<b>-4 255 455,50</b>

\* Sinistros ocorridos no ano 2008 e anteriores

O reajustamento no desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em anos anteriores relativo aos ramos Automóvel e Incêndio e outros danos é devido, em grande parte, ao encerramento de processos abertos com provisão elevada e posteriormente encerrados com custo inferior ao estimado anteriormente, alguns deles provenientes de sentenças judiciais favoráveis.

No ramo Doença, o reajustamento decorre, principalmente, de revisão do critério de avaliação das estimativas das responsabilidades com sinistros ocorridos e não participados.

## 27. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo de outros devedores por operações de seguros e outras operações em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisado como segue:

Rubricas	2009	2008
Contas a receber por operações de seguro directo		
Tomadores	1 538 634,81	495 207,56
Contas a receber por operações de resseguro		
Resseguradores	199 341,55	406 731,55
Contas a receber por outras operações		
Outros devedores	2 026 623,18	2 533 734,33
<b>TOTAL</b>	<b>3 764 599,54</b>	<b>3 435 673,44</b>

## 28. IMPOSTOS

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2009 e 2008 foi apurado com base na taxa nominal de imposto e derrama de cerca de 26,5%, aplicável às actividades da Companhia. Esta é a taxa que se encontrava aprovada às datas dos balanços.

As declarações de autoliquidação da Seguradora, ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido, essencialmente, a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da BES Seguros que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

### Principais componentes de gasto (rendimento) de impostos

Os activos e passivos por impostos correntes, dizem respeito ao imposto (corrente) sobre o rendimento do exercício, deduzido dos respectivos pagamentos por conta, e a outros impostos e taxas que incidem sobre a actividade de seguros não vida.

Os activos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço em 2009 e 2008 podem ser analisados como segue:

Rubricas	Activo		Passivo	
	2009	2008	2009	2008
Imposto sobre o rendimento	271 178,77	0,00	0,00	612 015,78
Outros impostos e taxas	0,00	0,00	1 012 166,32	878 746,21
<b>Total</b>	<b>271 178,77</b>	<b>0,00</b>	<b>1 012 166,32</b>	<b>1 490 761,99</b>

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2009 e 2008 explica-se como segue:

Rubricas	2009	2008
<b>Imposto corrente</b>	<b>1 509 094,30</b>	<b>2 089 231,83</b>
<b>Imposto diferido</b>		
Origem e reversão de diferenças temporárias	445 151,13	-383 867,68
<b>Total do imposto registado em resultados</b>	<b>1 954 245,43</b>	<b>1 705 364,15</b>

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2009 e 2008 podem ser analisados como segue:

Rubricas	2009	2008
Activos financeiros	-12 060,14	1 173 755,40
<b>Imposto diferido activo/(passivo) líquido</b>	<b>137 396,35</b>	<b>1 389 691,22</b>

A natureza dos activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos, dizem respeito a diferenças temporárias.

O movimento do imposto diferido de balanço em 2009 e 2008 explica-se como segue:

Rubricas	2009		2008	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Activos financeiros	-378 671,80	-807 143,74	318 319,52	533 662,76
Pensões	-15 921,07	0,00	102 614,10	0,00
Outras Provisões	-50 558,26	0,00	-37 065,94	0,00
<b>Total</b>	<b>-445 151,13</b>	<b>-807 143,74</b>	<b>383 867,68</b>	<b>533 662,76</b>

## Imposto sobre o rendimento reportado em reservas

O imposto sobre o rendimento reportado em reservas nos anos de 2009 e 2008 explica-se como segue:

Rubricas	2009	2008
Imposto diferido		
Reserva de justo valor	-807 143,74	533 662,76
<b>Total do imposto registado em reservas</b>	<b>-807 143,74</b>	<b>533 662,76</b>

## Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

Rubricas	2009	2008
Resultado líquido antes de impostos	7 381 276,65	5 613 140,22
Taxa de imposto estatutária (em 2009, 12 500€ à taxa de 12,5%)	26,5%	26,5%
Imposto apurado com base na taxa de imposto estatutária	1 954 475,81	1 487 482,16
Variações patrimoniais negativas (distribuição lucros)		
Contribuições para fundo de pensões e prémios de seguro não aceites	3 652,46	-66 044,10
Menos-valias não realizadas de investimento		
Menos-valias contabilísticas - acções	-	505 807,99
Menos-valias fiscais - acções	-	-282 589,76
Imparidade em activos financeiros não aceite	-	59 371,53
Benefícios fiscais	-10 669,46	-14 668,93
Outros	-5 373,04	4 787,25
Tributação autónoma	12 159,66	11 218,00
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício</b>	<b>1 954 245,43</b>	<b>1 705 364,15</b>

## 29. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O saldo desta rubrica (Activo) em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisado como segue:

Rubricas	2009	2008
Acréscimos de rendimentos	1 652,23	1 733,65
Gastos diferidos	1 281 483,40	76 913,01
<b>Total</b>	<b>1 283 135,63</b>	<b>78 646,66</b>

A rubrica de gastos diferidos inclui em 2009 o montante de 1 182 milhares de euros, respeitante a gastos em 2009 com campanhas de dinamização comercial, referentes a exercícios seguintes.

## 30. AFECTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2009, a afectação dos investimentos e outros activos é analisada como segue:

Rubricas	Seguros Não Vida	Não afectos	Total
Caixa e equivalentes	2 800 706,33	1 000,00	2 801 706,33
Activos financeiros detidos para negociação	0,00	827,74	827,74
Activos financeiros disponíveis para venda	76 937 421,00	52 785,47	76 990 206,47
Empréstimos concedidos e contas a receber	9 279 392,17	10 027 701,94	19 307 094,11
Investimentos a deter até à maturidade	7 442 333,02	0,00	7 442 333,02
Outros activos tangíveis	382 580,19	0,00	382 580,19
<b>Total</b>	<b>96 842 432,71</b>	<b>10 082 315,15</b>	<b>106 924 747,86</b>

## 31. AFECTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2009, a afectação dos investimentos e outros activos é analisada como segue:

Rubricas	2009	2008
Contas a pagar por operações de seguro directo		
Tomadores	85 202,96	42 032,69
Contas a pagar por operações de resseguro		
Resseguradores	2 094 637,22	731 831,32
Contas a pagar por outras operações		
Outros devedores	2 991 775,18	4 106 740,87
<b>TOTAL</b>	<b>5 171 615,36</b>	<b>4 880 604,88</b>

## 32. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O saldo desta rubrica (Passivo) em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é analisado como segue:

Rubricas	2009	2008
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	625 700,45	593 355,30
Outros acréscimos de gastos	7 226 725,34	3 833 691,37
<b>Total</b>	<b>7 852 425,79</b>	<b>4 427 046,67</b>

A rubrica remunerações e respectivos encargos a liquidar inclui o montante de 291 milhares de euros (2008: 291 milhares de euros) e 335 milhares de euros (2008: 302 milhares de euros) relativos a férias e respectivos subsídios vencidos no exercício e a liquidar no ano seguinte e à estimativa do bónus referente ao exercício de 2009 a atribuir aos colaboradores mas cujo pagamento só será efectuado em 2010.

A rubrica outros acréscimos de gastos inclui o montante de 4 787 milhares de euros (2008: 1 391 milhares de euros) relativos a comissões por intermediação de produtos de seguros e incentivos à produção.

### 33. OUTRAS PROVISÕES

As outras provisões são analisadas como segue:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
492-Outras Provisões				
4920-Impostos	-	-	-	-
4921-Outras Provisões	427 629,15	31 343,31	222 129,15	236 843,31
<b>Total</b>	<b>427 629,15</b>	<b>31 343,31</b>	<b>222 129,15</b>	<b>236 843,31</b>

Na rubrica de outras provisões, está contemplado o valor de 150 milhares de euros, referente à estimativa de eventuais valores a regularizar com o canal distribuição.

### 34. CAPITAL

#### Estrutura accionista

Em 31 de Dezembro de 2009, o capital social autorizado da BES, Companhia de Seguros, S.A. encontrava-se representado por 3 000 000 milhões de acções, com um valor nominal de 5 euros cada, das quais encontravam-se subscritas e realizadas na totalidade pelos diferentes accionistas.

Estrutura accionista a 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

Empresa	Sede Social	2009		2008	
		Quantidades Acções	Percentagem Participação	Quantidades Acções	Percentagem Participação
Crédit Agricole Assurances, S.A.	50-56, rue de la Procession, 75015 Paris - França	1 500 000	50,00%	1 500 000	50,00%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	Av. da Liberdade, 242 Lisboa	750 000	25,00%	750 000	25,00%
Banco Espírito Santo, S.A.	Av. da Liberdade, 195 Lisboa	749 800	24,99%	749 800	24,99%
Banco Espírito Santo de Investimentos, S.A.	R. Alexandre Herculano Ed Quartzo, 38 Lisboa	100	0,003%	100	0,003%
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.	Av. Álvares Cabral 41, r/c Lisboa	100	0,003%	100	0,003%
<b>Total</b>		<b>3 000 000</b>	<b>100,00%</b>	<b>3 000 000</b>	<b>100,00%</b>

#### Reservas

##### Natureza e finalidade de cada reserva

##### Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

##### Reservas de reavaliação

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.



## Descrição dos movimentos de cada reserva

Ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a reserva de justo valor, outras reservas e resultados transitados, podem ser analisados como segue:

Rubricas	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	-967 507,88	256 389,61	1 789 130,59	3 304 694,18
Transferência para reservas	0,00	0,00	468 906,00	4 163 264,61
Aplicação Resultados-Distribuição Dividendos	0,00	0,00	0,00	-3 999 900,00
Alterações de justo valor	-2 013 821,77	533 662,76	0,00	0,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	-2 981 329,65	790 052,37	2 258 036,59	3 468 058,79
Transferência para reservas	0,00	0,00	390 778,00	3 516 998,07
Aplicação Resultados-Distribuição Dividendos	0,00	0,00	0,00	-3 320 000,01
Alterações de justo valor	3 045 825,35	-807 143,74	0,00	0,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	64 495,70	-17 091,37	2 648 814,59	3 665 056,85

## Dividendos

### Distribuição de dividendos

A quantia de dividendos reconhecida como distribuições aos detentores de capital, durante 2009 e 2008, é analisada da seguinte forma:

Rubricas	2009	2008
Crédit Agricole, S.A.	0,00	1 999 950,00
Crédit Agricole Assurances, S.A.	1 660 000,00	0,00
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	830 000,00	999 975,00
Banco Espírito Santo, S.A.	829 778,67	999 708,34
Banco Espírito Santo de Investimentos, S.A.	110,67	133,33
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.	110,67	133,33
Total	3 320 000,01	3 999 900,00

## 35. GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

Em termos da gestão de riscos da actividade, é apresentada a seguinte informação da Companhia:

No ano de 2007, dando não só resposta à Norma do ISP (Norma 14/2005 R), mas também às exigências da Companhia em que se insere, foi constituído um departamento, a Direcção de Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo, cujas incumbências reportam às três seguintes áreas de actuação: Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo Interno.

### Compliance

Compete à Direcção no âmbito do *compliance*, garantir a prevenção e controlo de riscos de não conformidade com as leis, regulamentos, normas profissionais e deontológicas aplicáveis às actividades de seguros, realizando para tal, um conjunto de tarefas:

- Estabelecimento de normas, políticas e procedimentos, de acordo com a legislação em vigor e com os requisitos internos definidos pela Comissão Executiva;
- Documentação das normas, políticas e procedimentos aprovados;
- Garantir a conformidade dos novos produtos com a legislação em vigor, bem como a transparência da divulgação dos documentos para o cliente, e dos materiais de comunicação (através do Comité Novos Produtos e Actividades implementado durante o corrente ano).

- Pesquisa periódica de legislação aplicável às actividades da Companhia no que se refere a *Compliance* e Controlo, nomeadamente legislação geral e legislação emanada pelos reguladores;
- Analisar os impactos decorrentes da legislação e propor as acções a desempenhar pelas Companhias, de modo a que os requisitos definidos sejam transpostos para a Organização;
- Documentar e gerir os manuais de controlo interno em vigor para as Companhias e acomodar as recomendações da Auditoria Interna e Gestão de Riscos na revisão do documento;
- Gerir um código de conduta dos colaboradores da Companhia, documentar o mesmo;
- Assegurar acções de formação aos colaboradores respeitantes a normas profissionais e deontológicas, normas internas e informação imediata às áreas das Companhias, em caso de alteração das disposições legislativas e regulamentares ou normas internas aplicáveis ao seu domínio;
- Identificação e documentação dos riscos de não conformidade pelas regras estabelecidas;
- Segurança Financeira: prevenção do branqueamento de capitais, luta contra o terrorismo financeiro e luta contra a fraude externa.

## Controlo Interno

Compete à Direcção no âmbito do controlo interno, de forma resumida as seguintes tarefas:

- Identificação, com a Comissão Executiva, das Direcções/ Unidades de negócio e processos relevantes, considerando o risco inerente associado;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objectivos, as principais actividades, riscos e controlos associados;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço de controlos existentes ou a implementação de novos controlos;
- Realização de testes de efectividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correcções.

## Gestão de Risco

A gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio activo à gestão, apresenta-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao desenvolvimento sustentado das empresas do sector financeiro em Portugal, e em particular às seguradoras sobretudo com as novas regras a ser brevemente introduzidas pelas autoridades de supervisão (Solvência II), que obrigarão a uma análise exaustiva e pormenorizada dos riscos a que as companhias se encontram sujeitas com impactos directos no montante de capital necessário para fazer face a esses riscos.

À Direcção de Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo, no que se refere à função de risco, é garantida a sua independência para o exercício das suas funções, reportando funcionalmente ao Presidente da Comissão Executiva, constituindo-se este como um dos elementos difusores e impulsionadores da cultura de gestão de risco na BES Seguros, bem como ao Grupo Crédit Agricole em termos hierárquicos, baseando o seu trabalho na sua estrutura e processos em vigor.

O desenvolvimento e a implementação da função de gestão de riscos visa assegurar um equilíbrio entre risco e retorno, e desta forma transmitir às partes que se relacionam com a Companhia (Clientes, Canais de Distribuição, Accionistas, Reguladores e outros agentes) uma perspectiva de exigência e confiança.

Em paralelo com a Direcção de Gestão de Risco, foi implementado o Comité de Risco e Controlo, composto pela Comissão Executiva e pelos Directores de topo da organização (consoante o tema em discussão). Este comité deverá reunir-se de forma periódica. Encontrando-se alocadas a este comité as funções de promoção da política de risco, limites e orientações, bem como de contribuir para a edificação de uma cultura de risco forte, embebida em todos os processos da Companhia.

A política de riscos em vigor é transversal a toda a Companhia, e constam dela os princípios basilares, bem como as responsabilidades dos vários intervenientes no processo de gestão de risco da BES Seguros.

Constituindo como principais objectivos da gestão de risco, os que se seguem:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes e coerentes em todas as unidades da Companhia;
- Gestão pró-activa de controlos e processos que permitam antecipar potenciais situações de risco;
- Utilização de ferramentas de gestão de risco apropriadas (incluindo indicadores de risco, bases de dados de perdas, *risk register* e testes de *stress* e cenários), suporte à gestão do risco, nomeadamente ao reporte, tomada de decisões e avaliação de capital;
- Colaborar na definição das políticas de investimentos, subscrição, tarificação e resseguro;
- Promover a gestão do risco por todos os colaboradores, aos diferentes níveis, em linha com as funções e responsabilidades definidas na política de gestão de risco;
- Conformidade com a legislação em vigor para o sector, requisitos regulamentares, standards e código de conduta;
- Recepção periódica, pelas diferentes Direcções/ Unidades da estrutura organizativa, a garantia de que a Companhia efectua a gestão dos principais riscos que afectam o seu negócio.

## Risco de Seguro

O risco específico de seguro pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos ou a assumir.

Os mecanismos de mitigação deste risco, mantiveram na sua essência, os mesmos conceitos e práticas reportadas no relatório de 2008:

- A Companhia baseia a sua política de aceitação de risco em tarifas construídas actuarialmente sujeitas a revisão periódica, sendo a subscrição dos riscos de aceitação condicionada à Política de Subscrição (coberturas definidas e processos de aceitação condicionada) embebida em sistema e aprovada formalmente.
- O provisionamento é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros. São efectuadas análises regulares sobre a suficiência do provisionamento da Companhia através de metodologias para determinação da *Best Estimate* (ex.: *Chain ladder*, *bootstrap*). Anualmente o cálculo do provisionamento é revisto por uma entidade externa independente.

- Em 2009 foi implementado o Comité de produtos, que tem por objectivo a análise das principais características do produto que se pretende lançar ou alterar. Neste Comité estão representadas todas as Direcções da empresa, as quais procedem a recomendações à Comissão Executiva. Este processo é coadjuvado pela implementação do Comité NAP (Novos Produtos e Actividades), que pretende assegurar a total conformidade (ao nível de legislação, adequação aos segmentos, conflitos de interesses, conteúdo da formação, protecção de dados, etc.) dos novos produtos e actividades após todas as diligências efectuadas para o seu lançamento, bem como estipular controlos para os riscos que possam existir associados a estes produtos e actividades.
- Os níveis de tolerância ao risco, são assegurados, por um lado, pelo decorrer da actividade normal da Companhia, e por outro, pelo facto de se encontrarem definidos na Política de Resseguro existente na Companhia. Estes limites estão traduzidos nos tratados de resseguro existentes.

O resseguro é uma operação importante de cobertura de riscos, sendo que a Companhia possui contratos com as principais resseguradoras a nível internacional. Relativamente ao risco de catástrofe encontra-se definido um tratado de resseguro de cobertura de perdas acima de 250 000€ até ao limite de 2M€ para cúmulos e 2M€ até 44M€ para Sismos (PML de 2,20%).

## Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através do Comité Financeiro. Este órgão reúne regularmente com o objectivo de efectuar recomendações para a Comissão Executiva sobre a definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

A política de investimentos da Companhia tem sido conservadora, mantendo uma prudente diversificação, não só como factor de mitigação do risco, mas também para cumprir as regras de diversificação necessárias para que os activos possam representar as provisões técnicas.

No final de 2009 a Companhia não é afectada pelo risco específico de acções, dado não deter este tipo de activos no seu portfolio.

Relativamente ao risco de liquidez a Companhia definiu que deverá ter um nível de liquidez que permita satisfazer os compromissos de curto prazo da Companhia. A monitorização do plano de tesouraria é efectuada semanalmente, bem como a previsão das necessidades de liquidez. O tratado de resseguro existente permite a antecipação do montante do sinistro.

No que concerne ao risco de taxa de juro, informa-se que a Política de Investimentos é bastante restritiva.

A monitorização da evolução destes tipos de risco é efectuada mensalmente pela Direcção de Investimentos, nomeadamente no que se refere à evolução das taxas de juros, à avaliação da concentração dos activos e ao acompanhamento da carteira de investimentos.

## Risco de Crédito

O risco de crédito traduz a maior ou menor capacidade dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta, não conseguirem efectuar o cumprimento das suas obrigações, devido a alterações da sua situação creditícia.

A Companhia identificou como relevantes, os clientes, o resseguro e os investimentos.

Ao nível dos clientes informa-se que devido à configuração específica da actividade banca-seguros, a Companhia utiliza como regra de cobrança de prémios o débito em conta, o que reduz substancialmente o risco de incumprimento. A acrescer a este facto, a publicação da Lei das Cobranças veio tornar este risco praticamente inexistente na actividade das seguradoras.

No que respeita ao resseguro, como critério de selecção de Resseguradores são definidos níveis mínimos de *rating*, efectuando a Companhia um acompanhamento regular da sua evolução. A Companhia continua a operar com os principais resseguradores mundiais.

Relativamente aos investimentos as regras definidas pela política de investimento da Companhia procuram mitigar este risco considerando as regras de diversificação e o *rating* das entidades envolvidas.

A Companhia não se encontra exposta ao risco de derivados, dado que não utiliza instrumentos derivados.

Relativamente ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, é analisado como segue:

Rubricas	2009					
	Aaa	Aa	A	Bbb	Not Rated	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	0,00	0,00	2 798 222,08	3 484,25	0,00	2 801 706,33
Activos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	827,74	0,00	0,00	827,74
Activos disponíveis para venda	7 774 100,83	33 655 673,96	26 206 083,40	9 301 562,81	0,00	76 937 421,00
Empréstimos e contas a receber						0,00
outros depósitos	0,00	0,00	8 690 654,66	588 737,51	0,00	9 279 392,17
Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	10 027 701,94	10 027 701,94
Investimentos a deter até à maturidade	0,00	7 442 333,02	0,00	0,00	0,00	7 442 333,02
Provisões técnicas de resseguro cedido	458 207,47	1 300 313,27	9 894 077,51	0,00	2 171 548,40	13 824 146,64
Contas a receber por operações de seguro directo	0,00	0,00	0,00	0,00	1 421 167,03	1 421 167,03
Contas a receber por outras operações de resseguro	8 331,20	25 902,73	93 692,16	0,00	71 415,46	199 341,55
Contas a receber por outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	2 026 623,18	2 026 623,18
<b>Total</b>	<b>8 240 639,50</b>	<b>42 424 222,98</b>	<b>47 683 557,55</b>	<b>9 893 784,57</b>	<b>15 718 456,01</b>	<b>123 960 660,60</b>

Rubricas	2008					
	Aaa	Aa	A	Bbb	Not Rated	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	0,00	3 126 461,49	1 099,52	0,00	0,00	3 127 561,01
Activos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	0,00	1 704,76	1 704,76
Activos disponíveis para venda	5 265 984,61	18 553 636,08	19 362 988,31	8 696 657,56	75 000,00	51 954 266,56
Empréstimos e contas a receber						0,00
outros depósitos	0,00	13 842 545,46	5 392 656,63	0,00	0,00	19 235 202,09
Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	10 058 675,83	10 058 675,83
Investimentos a deter até à maturidade		13 508 832,19	0,00	0,00	0,00	13 508 832,19
Provisões técnicas de resseguro cedido	484 153,26	3 654 019,10	6 289 073,52	0,00	1 612 486,16	12 039 732,04
Contas a receber por operações de seguro directo	0,00	0,00	0,00	0,00	399 259,54	399 259,54
Contas a receber por outras operações de resseguro	54 529,73	204 970,77	79 040,45	0,00	68 190,60	406 731,55
Contas a receber por outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	2 533 734,33	2 533 734,33
<b>Total</b>	<b>5 804 667,60</b>	<b>52 890 465,09</b>	<b>31 124 858,43</b>	<b>8 696 657,56</b>	<b>14 749 051,22</b>	<b>113 265 699,90</b>

## Risco Operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização. Quando os controlos falham, os riscos operacionais podem causar problemas reputacionais, legais, implicações com o regulador, e por vezes conduzir mesmo a perdas financeiras. A Companhia não espera poder eliminar todos os riscos operacionais, mas com base no trabalho rigoroso já iniciado, com a implementação de um sistema que visa assegurar a identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco, pensa ser possível controlar e monitorizar estes riscos potenciais.

A primeira responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação dos controlos associados ao risco operacional está atribuída a cada responsável de Direcção. Esta responsabilidade é apoiada pela Direcção de Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo, através do desenvolvimento de controlos por meio de normativos, procedimentos, regras no sistema informático e reportes com o objectivo de abarcar as seguintes áreas:

- Segregação de funções, incluindo as autorizações e competências para transacções e pagamentos;
- Reconciliação e monitorização de transacções;
- *Compliance* com legislação emanada pelo regulador, leis, regulamentos e outras exigências legais;

- Documentação dos controlos e procedimentos;
- Reporte de perdas operacionais e proposta de planos de acção para mitigar perdas registadas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócio;
- Formação de colaboradores;
- Implementação do código de conduta;
- Processos de *assessment*.

Este processo é acompanhado por missões periódicas levadas a cabo pela Direcção de Auditoria Interna. Os resultados do seu trabalho são discutidos com os responsáveis de cada Direcção e submetidos ao Comité de Controlo Interno, onde estão presentes a Comissão Executiva, e os responsáveis pela Direcção de Auditoria Interna, e da Direcção de Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo.

O Comité de Gestão de Risco e Controlo, o Comité de Controlo Interno e o Comité de *Compliance* implementados na Companhia, contribuem para a mitigação deste risco funcionando como facilitadores no processo de identificação, avaliação, quantificação de risco e monitorização de recomendações.

Informa-se que existe também na Companhia um Comité de Segurança cuja organização é da responsabilidade da Direcção de Gestão de Risco.

O objectivo definido para este Comité é o de assegurar que a segurança informática, de pessoas e bens e a continuidade de negócio são garantidas por recursos adequados e estão formalmente definidas e regulamentadas.

Com o objectivo de mitigar o risco de *outsourcing*, foi implementado na Companhia o Comité de Prestação de Serviços Externos Essenciais que tem por objectivo assegurar o cumprimento de todos os requisitos e formalidades respeitantes à celebração de contratos com entidades essenciais ao seu negócio.

## Concentração de riscos

A repartição dos activos financeiros por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, encontra-se apresentada conforme segue:

Sectores de Actividade	2009					
	Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros detidos para venda		Activos financeiros detidos até à maturidade	
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Electricidade, Gás e Água	-	-	7 924 785,53	-	-	-
Transportes e Comunicações	-	-	11 251 702,15	-	-	-
Actividades Financeiras	827,74	-	37 168 282,09	-	-	-
Serviços Prestados às Empresas	-	-	52 785,47	-	-	-
Refinação de Petróleo	-	-	1 040 440,74	-	-	-
Administração e Serviços Públicos	-	-	17 989 112,95	-	7 442 333,02	-
Outros	-	-	1 563 097,54	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>827,74</b>	<b>-</b>	<b>76 990 206,47</b>	<b>-</b>	<b>7 442 333,02</b>	<b>-</b>

Sectores de Actividade	2008					
	Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros detidos para venda		Activos financeiros detidos até à maturidade	
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Electricidade, Gás e Água	0,00	0,00	9 744 735,90	0,00	0,00	0,00
Transportes e Comunicações	0,00	0,00	10 653 768,67	0,00	0,00	0,00
Actividades Financeiras	1 704,76	0,00	29 889 762,86	-1 427 099,70	0,00	0,00
Serviços Prestados às Empresas	0,00	0,00	58 871,82	0,00	0,00	0,00
Administração e Serviços Públicos	0,00	0,00	3 093 098,83	0,00	13 508 832,19	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1 704,76</b>	<b>0,00</b>	<b>53 440 238,08</b>	<b>-1 427 099,70</b>	<b>13 508 832,19</b>	<b>0,00</b>

## Análise de sensibilidade

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade, e os respectivos impactos no capital próprio:

Rubricas	Capital Próprio	
	2009	2008
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem risco	-783 266,33	-13 679,84
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem risco	823 490,03	13 679,84
Crescimento de 10% nas despesas gerais	-828 274,55	-826 836,57

## Justo valor de activos e passivos financeiros registados ao custo amortizado

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, para a Companhia, é analisado como segue:

Rubricas	2009		2008	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Valor de Balanço	Justo Valor
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 801 706,33	2 801 706,33	3 127 561,01	3 127 561,01
Empréstimos e contas a receber:				
Outros depósitos	9 279 392,17	9 279 392,17	19 235 202,09	19 235 202,09
Empréstimos concedidos	10 027 701,94	9 293 385,14	10 058 675,83	10 058 675,83
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3 647 131,76	3 647 131,76	3 339 725,42	3 339 725,42
Investimentos a deter até à maturidade	7 442 333,02	7 810 675,71	13 508 832,19	14 008 495,20
<b>Activos financeiros ao justo valor</b>	<b>33 198 265,22</b>	<b>32 832 291,11</b>	<b>49 269 996,54</b>	<b>49 769 659,55</b>
Outros credores por operações de seguros e outras operações	5 171 615,36	5 171 615,36	4 880 604,88	4 880 604,88
<b>Passivos financeiros ao justo valor</b>	<b>5 171 615,36</b>	<b>5 171 615,36</b>	<b>4 880 604,88</b>	<b>4 880 604,88</b>

Caixa, disponibilidades em instituições de crédito:

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Empréstimos e contas a receber, devedores e credores por operações seguro directo, de resseguro e outros:

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

## 36. MARGEM DE SOLVÊNCIA

A Companhia está sujeita aos requisitos de solvência definidos pela Norma Regulamentar nº6/2007-R, alterada pela Norma Regulamentar nº12/2008-R, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal. Os requisitos de solvência são determinados de acordo com as demonstrações financeiras estatutárias da Companhia, as quais são preparadas de acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal.

Os objectivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, em que estabeleceu a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, encontrando-se atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como às características de risco da Companhia.

A Companhia no exercício em análise apresentou uma margem de solvência em consonância com as regras estabelecidas, não tendo sido efectuada quaisquer alterações ao Capital Social, objectivos, políticas e procedimentos face ao ano anterior.



Apresenta-se um breve resumo da margem de solvência exigida:

Rubricas	2009(*)	2008
Elementos constitutivos margem solvência		
Capital social realizado	15 000 000,00	15 000 000,00
Reservas de reavaliação por ajustamentos		
no justo valor de activos financeiros	64 495,70	-2 981 329,65
Reserva por impostos diferidos	-17 091,37	790 052,37
Reserva legal	2 648 814,59	2 258 036,59
Resultados transitados	3 665 056,85	3 468 058,79
Resultado líquido do exercício	5 427 031,22	3 907 776,07
Distribuição de dividendos	4 612 976,54	3 320 000,01
Imobilizações incorpóreas líquidas	1 394 956,13	572 063,96
<b>Sub-total (1)</b>	<b>20 780 374,32</b>	<b>18 550 530,20</b>
Cálculo da margem:		
Pelo método dos prémios	12 535 769,75	11 962 212,82
Pelo método dos sinistros	10 840 634,62	10 637 339,62
Pelo resultado limite	12 263 680,50	12 263 680,50
<b>Montante da margem de solvência a constituir (2)</b>	<b>12 535 769,75</b>	<b>12 263 680,50</b>
<b>Montante do fundo de garantia a constituir</b>	<b>4 178 589,92</b>	<b>4 087 893,50</b>
<b>Excesso / insuficiência margem solvência = (1) - (2)</b>	<b>8 244 604,57</b>	<b>6 286 849,70</b>
<b>Taxa cobertura margem solvência = (1) / (2)</b>	<b>165,8%</b>	<b>151,3%</b>

(\*) Estimativa

### 37. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

#### Operações Intra-Grupo

Os saldos apresentados resultam das operações realizadas com entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas. Estas operações inserem-se no normal desenvolvimento da actividade da Companhia.

Rubricas	Balanco		Ganhos		Perdas	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Banco Espírito Santo S.A. (1*)	7 027 893,39	16 232 716,67	149 557,73	940 065,55	9 691 240,98	8 738 632,60
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	-122 003,15	-192 325,99	0,00	0,00	191 500,03	528 724,78
Banco Espírito Santo dos Açores, S.A. (1*)	3 996 185,08	4 754 858,66	122 828,65	183 524,73	192 955,60	138 993,39
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. (1*)	5 566,66	62 870,43			7 247,17	4 150,34
Besleasing & Factoring, S.A. (2*)	1 302 314,94	1 306 783,94	41 331,88	71 435,94		
ESAF-E.S. Fundos de Pensões, SA	-90,11	0,00				138 000,00
ESEGUR-Empresa de Segurança,SA.	0,00	-4 750,30			7 410,10	13 016,67
E.S.Contact Center, S.A.	52 378,30	58 294,04			486,00	177,78
BES-VIDA, Companhia de Seguros, S.A. (3*)	10 071 866,65	9 892 911,10	422 825,85	58 675,83	362 227,73	352 650,47
T-Vida, Companhia de Seguros, S.A.	0,00					
Espirito Santo Financial Group (2*)	1 042 633,49		13 373,28			
Esumédica-Prestação Cuid.Médicos,SA	-623,04	-606,64			4 398,75	20 971,96
MultiPessoal-Sociedade Prestação Serviços, S.A.	-330,19				330,19	
SGL	-4 419,98				24 399,80	
Crédit Agricole, S.A. (2*)	11 981 582,36	-5 544,00	384 645,46			6 652,80
Crédit Agricole Assurances, S.A.	-10 000,00				1 842,71	
Europ Assistance (4*)	-227 836,45	-201 770,12	-2 571 083,57	-2 368 357,65	17 280,00	19 156,20
AdvanceCare, S.A. (5*)	-727 408,90	-983 427,16	1,69		3 288 813,12	3 211 764,76

A natureza do relacionamento entre a BES Seguros e as entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de:

- (1\*) Comercialização de seguros;
- (2\*) Investimentos em títulos de dívida;
- (3\*) Empréstimos concedidos e arrendamento;
- (4\*) Resseguro;
- (5\*) Gestão dos sinistros dos contratos de seguro de doença.

Durante os exercícios de 31 de Dezembro de 2009 e 2008, não se registaram quaisquer transacções adicionais com partes relacionadas entre a Companhia e os seus accionistas.

### **38. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS**

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2009, a Companhia adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009:

#### **IFRS 2 (alterado) - Pagamento com base em acções: Condições de aquisição**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se tornou efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração ao IFRS 2 (i) permitiu clarificar que as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de *performance*, (ii) introduz o conceito de *non vesting conditions* e (iii) determina que qualquer cancelamento de programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, tem o mesmo tratamento contabilístico.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### **IFRS 7 (alterado) - Instrumentos financeiros: Divulgações**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Março de 2009 o IFRS 7 (alterado) - Instrumentos financeiros: Divulgações, com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração ao IFRS 7 requer informação adicional nas divulgações sobre (i) a mensuração dos justos valores, estabelecendo nomeadamente que estes devem ser apresentados em três níveis hierárquicos definidos na própria norma e (ii) sobre o risco de liquidez.

Face à natureza destas alterações o impacto nas demonstrações financeiras da Companhia foi exclusivamente ao nível das divulgações.

#### **IFRS 8 – Segmentos Operacionais**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 - Segmentos operacionais, o qual foi adoptado para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009. O IFRS 8 - Segmentos operacionais define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterou o IAS 34 - Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade deverá efectuar uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, e ainda sobre a forma como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação obrigatória para as Entidades Cotadas e Entidades

com obrigações admitidas à negociação em bolsa, nesta base foi adoptada pela Companhia.

#### **IAS 1 (alterado) - Apresentação das demonstrações financeiras**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Setembro de 2007, o IAS 1 (alterado) - Apresentação das demonstrações financeiras com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009. O IAS 1 (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração do rendimento integral. Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios da Companhia decorrentes de transacções com accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração do rendimento integral. Adicionalmente, sempre que a informação comparativa seja reescrita ou reclassificada, nomeadamente na sequência da introdução de novas normas contabilísticas, torna-se necessária a apresentação de um balanço reportado à data de início do período comparativo incluído nas demonstrações financeiras.

As alterações impostas pelo IAS 1 tiveram apenas efeito ao nível da apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

#### **IAS 23 (alterado) - Custos de empréstimos obtidos**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Março de 2007 o IAS 23 (alterado) - Custos de empréstimos obtidos, com data de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009. Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados foi eliminada. Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### **Alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – instrumentos financeiros remíveis e obrigações decorrentes de liquidação, a qual é de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros remíveis e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os requisitos do IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reacquirição (instrumentos remíveis), são classificados como passivos financeiros. A alteração efectuada a esta norma e efectiva desde 1 de Janeiro de 2009, implica que alguns instrumentos que qualificavam como passivos financeiros de acordo com o anterior IAS 32, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos apresentem determinadas características, nomeadamente que: (i) representem um interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade, (ii) façam parte de uma classe de instrumentos subordinada a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade e que (iii) todos os instrumentos dessa classe tenham os mesmos termos e condições. O IASB alterou ainda o IAS 1. Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

A adopção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

### IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes

O IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para a Companhia a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

A adopção desta norma não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

### IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis

O IFRIC 15 – Acordos para construção de imóveis, entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 - Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 Contratos de construção, sendo expectável que o IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

A adopção desta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

### IFRIC 16 – Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O IFRIC 16 - Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira é aplicável aos exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008. Esta interpretação visa clarificar que:

- A cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira pode ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao capital próprio da subsidiária;
- O instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade da Companhia, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura;
- Aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se o método de consolidação adoptado fosse o directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

A adopção desta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

### Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. As alterações com efeitos para a Companhia em 2009 são como segue:

- Alteração ao IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas

alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alteração ao IAS 16 - Activos fixos tangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento e subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 19 - Benefícios dos empregados, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuada permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 20 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 28 - Investimentos em associadas, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao *goodwill* e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 38 - Activos intangíveis, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data

futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer aquando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 - Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Alteração ao IAS 40 - Propriedades de investimento, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 - Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas ainda não adoptadas pela Companhia**

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Companhia ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. A Companhia irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

#### **IFRS 1 (alterado) – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas**

As alterações ao IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro e ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas são efectivas para exercícios que se iniciam após 1 de Julho de 2009. Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar os IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

#### **IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterado) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) - Concentrações de actividades empresariais e uma alteração ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do IFRS 3 e alteração do IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

#### **IFRS 9 - Instrumentos financeiros**

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Novembro de 2009, o IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição do IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros passam a ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, contenham apenas características básicas de dívida, e a entidade, no modelo de gestão do negócio, detenha esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas os respectivos fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados do exercício. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital, para os quais, as variações de justo valor e as mais ou menos valias realizadas são reconhecidas em reservas. Os ganhos e perdas assim reconhecidos não poderão ser reciclados por resultados do exercício. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam assim tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.

A Companhia encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

#### **IAS 39 (Alterado) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciam a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A Companhia encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

#### **IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços**

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, o IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida. A adopção desta interpretação pela União Europeia ocorreu apenas em 2009 sendo por isso a mesma de aplicação obrigatória para a Companhia apenas a partir de 1 de Janeiro de 2010.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público - privados e contempla apenas as situações onde o concedente (i) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e (ii) controla os interesses residuais das infra-estruturas na maturidade do contrato.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta interpretação não se estima impacto ao nível das demonstrações financeiras da Companhia.

#### **IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas**

O IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor dos activos distribuídos sendo a diferença para o respectivo valor de balanço reconhecida em resultados aquando da distribuição.

A Companhia não espera que esta interpretação tenha impacto nas suas demonstrações financeiras.

#### **IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes**

O IFRIC 18 - Transferências de activos de clientes entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A Companhia não espera que esta interpretação tenha impacto nas suas demonstrações financeiras.

#### **Annual Improvement Project**

Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas que se encontram em vigor, estando apenas por adoptar pela Companhia a seguinte alteração:

- Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. Esta norma será adoptada prospectivamente pela Companhia em 2010.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2010

**O Técnico Oficial de Contas**

**O Director de Contabilidade**

**O Conselho de Administração**



## 03 Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria



**ERNST & YOUNG**

Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

### Certificação Legal das Contas

#### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da BES, Companhia de Seguros, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 127.482.693,14 euros e um total de capital próprio de 26.788.306,99 euros, incluindo um resultado líquido de 5.427.031,22 euros), a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

#### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração, a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

Sociedade Anónima - Capital Social: 1.105.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 9011 na CMVM  
Contribuinte 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - A member firm of Ernst & Young Global Limited

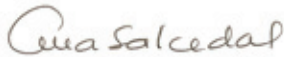
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da BES, Companhia de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2009 e o resultado das suas operações e fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007 de 31 de Dezembro.

Lisboa, 15 de Março de 2010

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)



## 04 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

### RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Exmos. Senhores Accionistas da  
BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.,

Nos termos da lei e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à apreciação de V. Exas. o nosso Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respectiva certificação legal das contas emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas da Companhia.

No âmbito das nossas atribuições acompanhámos com regularidade ao longo do exercício de 2009 a actividade da Companhia e a sua gestão, tanto através da análise dos documentos de informação de gestão e contabilística que nos foram regularmente disponibilizados, como dos esclarecimentos complementares que solicitámos à Administração e aos Serviços, de quem obtivemos sempre toda a colaboração solicitada, e ainda das acções de verificação e comprovação que considerámos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações de fiscalização.

Durante o exercício de 2009 acompanhámos, ainda, com particular interesse e detalhe os desenvolvimentos dos procedimentos adoptados pela Companhia, nomeadamente, nas áreas da gestão do risco, do sistema de controlo interno e da infra-estrutura informática, bem como do crescente aproveitamento de sinergias nessas áreas, nomeadamente,

com a BES Vida, Companhia de Seguros, SA. Para além disso, continuaram a ser objecto da nossa melhor atenção os reflexos, ao nível da BES Seguros, da grave crise económica e financeira internacional que tem vindo a marcar de forma significativa todos os sectores de actividade e, nomeadamente, o sector segurador, tanto em Portugal como em praticamente todo o mundo.

Pudemos, assim, constatar que a Companhia não só continua a adoptar uma política de utilização racional dos seus recursos, de rigoroso controlo de custos e de minimização dos riscos inerentes à sua actividade operacional e financeira, como também tem progredido de forma satisfatória não só no aperfeiçoamento dos seus sistemas de controlo interno, como também da sua política de utilização racional dos recursos e de controlo dos custos, tendo em vista habilitar a Companhia a responder satisfatoriamente aos actuais desafios específicos do sector, em consonância com as melhores práticas internacionais e dando cumprimento aos requisitos regulamentares locais aplicáveis.

Após o final do exercício de 2009 procedemos à apreciação do Relatório e Contas do exercício que o Conselho de Administração nos apresentou, tendo constatado que o Relatório de Gestão obedece às disposições legais e estatutárias e refere os aspectos mais relevantes que caracterizaram a actividade da Companhia durante o exercício.

Conforme nos compete, acompanhámos também, (i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte e (ii) a apreciação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela Companhia, funções estas a cargo da Ernst & Young Audit e Associados-SROC, S.A., sociedade de revisores oficiais de contas que foi designada pela Assembleia Geral da BES Seguros para proceder ao exame e certificação legal das contas da Companhia no quadriénio 2008-2011. Oportunamente, e nos termos do n.º 1 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apreciou, ainda, a certificação legal de contas emitida sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2009 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) acima referida, com data de 15 de Março de 2010, sem reservas, e com a qual concordamos.



Como resultado das acções de fiscalização exercidas, acima resumidas, e das respectivas conclusões, somos de Parecer que a Assembleia Geral da BES, Companhia de Seguros, S.A. aprove:


- a) O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Os termos da proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados líquidos do exercício e transitados de anos anteriores, no total de 9.092.088,07 euros, dos quais 5.427.031,22 euros dizem respeito ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

Lisboa, 16 de Março de 2010

**O Conselho Fiscal,**

  
José Manuel Ruivo da Pena – Presidente

  
Hervé Marcel André Hassan – Vogal

  
José Maria Ribeiro da Cunha – Vogal

# **BES SEGUROS**

Relatório e Contas